



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o

MCTI e o IDSM-OS

Exercício de 2013

Parte I

Tefé (AM)

Dezembro de 2013

Relatório de Gestão

Contrato de Gestão MCTI – IDSM/OS

2013



Tefé, AM.

Dezembro, 2013



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ –IDSMA/OS

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Marco Antonio Raupp

Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luiz Antonio Rodrigues Elias

Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa

Arquimedes Diógenes Ciloni

Diretor Geral do IDSMA

Helder Lima de Queiroz

Diretor Técnico Científico

João Valsecchi do Amaral

Diretora de Manejo e Desenvolvimento

Isabel Soares de Sousa

Diretora Administrativa

Selma Santos de Freitas

Coordenadores:

Nelissa Peralta Bezerra	Coordenadora de Pesquisa
Emiliano Esterci Ramalho	Coordenador de Monitoramento
Francisco Modesto Freitas Junior	Coordenador de Informática
Dávila Suelen Souza Corrêa	Coordenadora de Qualidade de Vida
Marluce Ribeiro de Mendonça	Coordenadora de Gestão Comunitária
Ana Cláudia Torres Gonçalves	Coordenadora de Manejo de Pesca
Elenice Assis do Nascimento	Coordenadora de Manejo Florestal Comunitário
Ângela May Steward	Coordenadora de Agroecossistemas
Fernanda Sá Vieira	Coordenadora de Turismo de Base Comunitária
Rômulo Augusto Araújo de Vilar	Coordenador de Infraestrutura e Logística
Francione Porto Ribeiro	Coordenadora de Recursos Humanos
Joycimara Rocha de Souza	Coordenadora de Finanças
Maurilandi Ramos Gualberto	Coordenadora de Compras
Nizete de Lima Campelo	Coordenadora de Contabilidade

Equipe Técnica

Ana Claudeíse Silva do Nascimento

Ana Cláudia Torres Gonçalves

Ângela May Steward

Auristela dos Santos Conserva

Danielle Pedrociane Cavalcante

Dávila Suelen Suelen Souza Corrêa

Elenice Assis do Nascimento

Emiliano Esterci Ramalho

Fernanda Pozzan Paim

Fernanda Sá Vieira

Francisco Modesto Freitas Junior

Francione Porto Ribeiro

Helder Lima de Queiroz

Isabel Soares de Sousa

João Paulo Borges Pedro

João Valsecchi do Amaral

Josivaldo Modesto

Maria Cecília Rosinski Lima Gomes

Marília de Jesus Silva e Sousa

Marluce Ribeiro de Mendonça

Miriam Marmontel

Nelissa Peralta Bezerra

Nizete de Lima Campelo

Polliana Santos Ferraz

Rafael Barbi Costa e Santos

Robinson Botero Arias

Thatyana de Souza Marques

Conselho de Administração

Andréa F. Portela Nunes	Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
Onivaldo Randig	Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão	Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
Adalberto Luiz Val	Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – AM
Luiz Hildebrando Pereira da Silva	Representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC
Fabiano Lopez da Silva	Representante da Fundação Vitória Amazônica – FVA
Avílio Antônio Franco	Membro Notório Saber e Presidente do Conselho de Administração do IDSM
Ima Célia Guimarães Vieira	Membro Notório Saber
Tatiana de Abreu Sá	Membro Notório Saber
Otacílio Soares Brito	Representante dos funcionários do Mamirauá
Ana Rita Pereira Alves	Representante dos Associados do Mamirauá

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM

Estrada do Bexiga, nº 2584 – Bairro: Fonte Boa – Caixa Postal nº 038.

CEP: 69.553-225 , Tefé/AM

Telefone: (097) 3343-4672

E_mail: mamiraua@mamiraua.org.br

Home page: www.mamiraua.org.br

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão
IDSM/MCTI/2013

Todos os direitos reservados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM. Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

PARTE I

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2013	10
2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM	15
3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM	19
4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	22
5. INDICADORES DE DESEMPENHO	26
Macroprocesso 1: Produção Científica	27
Macroprocesso 2: Disseminação Tecnológica	35
Macroprocesso 3: Manejo Sustentável	37
Macroprocesso 4: Qualidade de Vida	46
Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão	48
Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional	52
6. PLANEJAMENTO E GESTÃO	59

Lista de Figuras

Figura 1	Distribuição das fontes de recursos do IDSM em 2013	54
Figura 2	Força de trabalho do IDSM por faixa etária	67
Figura 3	Força de trabalho do IDSM por escolaridade	67

Lista de Quadros

Quadro 1	Recomendações da CGU	22
Quadro 2	Deliberações do TCU	23
Quadro 3	Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação – CA do MCTI	24
Quadro 4	Cumprimento às recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI (item 5 a)	24
Quadro 5	Cumprimento às recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI (item 5 b)	25
Quadro 6	Número de publicações por categoria no ano de 2013	27
Quadro 7	Quadro de pessoal contabilizado	27
Quadro 8	Evolução do desempenho institucional em relação ao macroprocesso 1	27
Quadro 9	Frequência de animais capturados em 2013 por faixa de comprimento total (em centímetros)	43
Quadro 10	Comunidades beneficiadas pelo programa de qualidade de vida	47
Quadro 11	Histórico do quadro de indicadores e metas	56
Quadro 12	Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão ao IDSM	59
Quadro 13	Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão no ano de 2013	59
Quadro 14	Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão	59
Quadro 15	Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2013 e anos anteriores	60
Quadro 16	Saldos Financeiros apropriados com Recursos do Contrato de Gestão	60
Quadro 17	Relatório Comparativo de Despesas 2012/2013 – Em R\$ 1,00	61
Quadro 18	Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2013 (R\$ 1,00)	62
Quadro 19	Força de Trabalho do IDSM em 2013	66
Quadro 20	Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2013 – Regime de Caixa	69
Quadro 21	Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão	70
Quadro 22	Descrição da Utilização dos recursos da reserva técnica	70
Quadro 23	Plano de Auditoria (base da contratação da auditoria independente, aprovado pelo Conselho de Administração do IDSM)	93
Quadro 24	Parecer da auditoria Independente realizada no IDSM em fins de 2013	97

Lista de Tabelas

Tabela 1	Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2013	21
Tabela 2	Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2013	53

1. O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM/OS EM 2013

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída em 26 de abril de 1999 e qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial em 04/06/1999. Sua sede está localizada na Estrada do Bexiga nº. 2584, Bairro de Fonte Boa, Tefé/AM, CEP 69.470-000. A página eletrônica institucional do IDSM na internet é www.mamiraua.org.br, seu endereço eletrônico é mamiraua@mamiraua.org.br e está inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.119.820/0001-95.

Esse instituto tem por finalidade a realização de pesquisa científica para conservação da biodiversidade por meio do manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. O foco, ou abrangência geográfica, do IDSM é colocado sobre as florestas alagáveis da Amazônia, e em especial a várzea, por ser o ecossistema mais pressionado e mais ameaçado de todo o Bioma Amazônia. Suas normas e regulamentos de funcionamento estão definidos por seu Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM-OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o IDSM-OS a partir do primeiro de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, para a administração do Instituto. Este contrato foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo MCTI.

O IDSM-OS sendo uma Organização Social contratada pelo MCTI desde 2001, tem se destacado nestes poucos anos de vida, por implantar um conjunto de ações em pesquisa científica aplicada à conservação da biodiversidade amazônica, ao uso sustentado desta biodiversidade, e à consequente melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a esta biodiversidade. Os pesquisadores e técnicos do IDSM desenvolvem processos e tecnologias sociais para envolvimento de populações ribeirinhas tradicionais em atividades de gestão participativa de territórios especiais e de áreas protegidas (como o caso das unidades de conservação, por exemplo), e no manejo sustentável de recursos naturais de maior importância econômica que são encontrados nestes territórios.

Programas intensivos de pesquisa sobre as formas de sustentabilidade do uso de espécies já tradicionalmente exploradas por aquelas populações têm sido implantados e desenvolvidos. Os subsídios gerados por tais programas de pesquisas proporcionam a organização e implantação de cadeias produtivas de bens extrativos, baseadas principalmente em arranjos produtivos locais articulados.

Algumas destas iniciativas foram bastante bem sucedidas, e tem sido aplicadas em conjunto às populações moradoras e usuárias das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) e Amanã (RDSA), unidades de conservação estaduais localizadas no Estado do Amazonas. Estas áreas tem sido cogerenciadas pelo grupo do IDSM desde antes da criação e celebração do Contrato de Gestão com o MCTI em 2001.

As atividades desenvolvidas naquelas duas reservas funcionaram, e ainda funcionam, como um grande experimento de conservação e desenvolvimento social sustentável. Até o presente, a proposta de agregar o conhecimento tradicional testado e comprovado, com o conhecimento produzido pelos princípios da pesquisa científica, que é desenvolvida pelo IDSM e seus parceiros, permanece como um dos pilares deste conjunto de ações. Busca-se, desta forma, criar e consolidar modelos de uso da biodiversidade apoiados em sólida base científica, e que possam ser replicados participativamente em outras partes da Amazônia, do Brasil e do exterior, ainda que localizadas fora de áreas protegidas ou de territórios especiais.

As experiências bem sucedidas que surgiram desde 1990 conferiram visibilidade e credibilidade para a instituição. Assim, a experiência de Mamirauá tem ocorrido com vários níveis de abrangência. A mais relevante se observa quando são criadas novas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em outros estados brasileiros, acompanhadas por pesquisas científicas e participação comunitária. Este tipo tem ocorrido em partes da Região Amazônica que não estão sob atuação direta do IDSM, como nos estados do Amapá, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte e do Tocantins, onde RDS's já foram criadas. Nestes casos a experiência de Mamirauá foi, ou tem sido fundamental para o estabelecimento das áreas protegidas. Isto também é observado na Argentina, em Yabuti-Misiones, com a implementação de uma vasta unidade de conservação nos moldes científicos e comunitários preconizados pelo Modelo Mamirauá. Outro tipo de replicabilidade, desta vez mais restrita, tem sido observado em outras partes do Brasil e do exterior, sempre com a participação, de membros do IDSM. No Pantanal Sul Mato-grossense foi desenvolvido o Projeto Pantanal que se utilizou da experiência de Mamirauá. Na Bolívia, a experiência de Mamirauá na construção do Corredor Ecológico tem sido replicada com extensões significativas em território boliviano. Na Guiana, no Peru e na Bolívia, técnicos e pesquisadores do IDSM tem ensinado como aplicar o saber tradicional e o saber científico no uso sustentado de recursos naturais de importância estratégica. Na Tanzânia foi experimentada uma organização similar da comunidade no que se refere a sua participação e organização política para conduzir um processo de manejo compartilhado de áreas e recursos locais.

A partir de 2009 estas experiências de replicabilidade do modelo Mamirauá abriram um grande leque de desafios que é a necessidade de replicar estas boas experiências e estas melhores práticas em outros pontos da Amazônia, disseminando os conhecimentos obtidos a partir dos programas de pesquisas, dos protocolos de manejo sustentável e participativo dos recursos naturais, estendendo os benefícios para outras populações tradicionais necessitadas e historicamente marginalizadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento praticado na Amazônia nas últimas oito décadas.

Pela necessidade de expansão e aperfeiçoamento das atividades do IDSM foi criado, em 2013, o Centro de Estudos da Várzea Amazônica – CEVA que é operado e dirigido pelo IDSM com a participação de pesquisadores de outras instituições. O Centro tem por objetivo criar condições institucionais e gerenciais para desenvolver pesquisas básicas e aplicadas, bem como desenvolver outras atividades multi-institucionais que promovam a conservação da biodiversidade e o uso sustentado e participativo de seus componentes em vários pontos das florestas alagáveis da Amazônia, propiciando o incremento da qualidade de vida das populações tradicionais associadas a estas florestas. Estas primeiras experiências de expansão já incluem iniciativas realizadas em diferentes estados da Região Norte, da fronteira com a Colômbia até a foz do rio Amazonas.

O IDSM construiu e instalou também em 2013 um Centro Vocacional Tecnológico – CVT de Tecnologias Sociais da Várzea Amazônica no seu campus em Tefé para viabilizar a formação tecnológica de jovens oriundos das comunidades ribeirinhas de toda a Região do Médio Solimões, nas linhas de ação tecnológica voltada à produção sustentável de recursos naturais, e voltada ao incremento da qualidade de vida destas populações. O CVT da Várzea, o primeiro neste formato, começa sua operação no primeiro semestre de 2014, quando as primeiras turmas serão recebidas.

Ainda em 2013 destacamos outras ocorrências relevantes relacionadas ao IDSM:

– Desde fevereiro o IDSM participa de um esforço internacional, com parceiros de outros países latino-americanos, visando levantar populações de mamíferos aquáticos em várias bacias de rios da Amazônia.

- Em fevereiro foi realizado o III Encontro de Agentes Ambientais Voluntários das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, na sede do Instituto Mamirauá, com a participação do CEUC, retomando um processo de formação e reciclagem de agentes após o encerramento das atividades do IBAMA na cidade de Tefé.
- Em março a Coordenadora do Grupo de Artesãs do Setor Coraci, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, foi contemplada com o prêmio Mulher Artesã Brasileira. O prêmio é uma iniciativa da Associação Brasileira de Exportação de Artesanato – ABEXA e do Programa de Artesanato do SEBRAE Nacional. O grupo é assessorado continuamente pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário, Núcleo de Recursos Não Madeireiros.
- Em maio a Assessoria de Comunicação do IDSM venceu o 4º. Prêmio FAPEAM de Jornalismo Científico 2013, na categoria Assessoria de Comunicação.
- Em junho as atividades de replicação de pesquisa do IDSM no estado do Amapá identificam, com parceria de membros da UNIFAP, novas localidades de ocorrência de peixes-boi em unidades de conservação daquele estado.
- Em junho a Pousada Uacari foi uma das vencedoras do certificado de excelência de 2013 do Tripadvisor, importante site de avaliação de destinos turísticos do mundo.
- Em julho na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, com a parceria do Instituto Mamirauá e do CEUC, foi realizada uma oficina de formação de Agentes Ambientais Voluntários - AAVs.
- Em agosto foi iniciado o funcionamento de um novo sistema agora automatizado, para medir a flutuação fluviométrica, e quantificar o pulso de inundação da Reserva Mamirauá, testando a tecnologia para utilização em localidades de várzea na Amazônia Central.
- Em setembro o Instituto Mamirauá abriu as inscrições para os primeiros alunos do Centro Vocacional Tecnológico – CVT de Tecnologias Sociais da Várzea Amazônica.
- Em setembro, com recursos do Fundo Amazônia, o Instituto Mamirauá deu início às atividades do projeto para a redução das emissões por desmatamento e degradação ambiental, com apoio do BNDES.
- Em setembro a Pousada Uacari foi recomendada pela Wildforest Foundation por reconhecer a sua liderança em turismo de conservação ambiental em nível mundial.
- Em outubro de 2013 tiveram início as atividades do primeiro experimento em sistemas fotovoltaicos interligados à rede pública em toda a Amazônia. Este experimento está sendo desenvolvido no campus do IDSM em Tefé, com apoio do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas - GEDAE/UFPA.
- O mais recente acréscimo à infraestrutura institucional, o prédio de pesquisas terrestres e acervos biológicos, foi instalado e teve a sua ocupação iniciada em novembro de 2013.
- Em dezembro de 2013 foi finalizado o primeiro diagnóstico institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação, um pré-requisito para a elaboração da política institucional em tecnologia e inovação. A ação foi conduzida pelo NITS-IDSM.

- Em 2013 o Instituto Mamirauá e parceiros (Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI/MCTI; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Federal do ABC – UFABC e Omega AeroSystems) foram contemplados com a ampliação do financiamento de um projeto de desenvolvimento tecnológico relevante no uso de dispositivos aeronáuticos fixos e móveis para sensoriamento e comunicação.

No ano de 2013 quatro indicadores de desempenho tiveram suas metas parcialmente alcançadas. Este desempenho está relacionado a algumas limitações que são aqui comentadas. É sempre importante ressaltar em qualquer avaliação das ações institucionais que o IDSM está submetido ao imperativo da sazonalidade dos ambientes amazônicos. Esta sazonalidade forja um calendário de ações que, quando não cuidadosamente seguido, pode inviabilizar sua execução em outros momentos do ano. Desta maneira, se não existem condições adequadas para a realização de uma destas ações num determinado momento, elas obrigatoriamente devem ser transferidas para o ano seguinte, pois as condições ambientais não permitirão sua realização noutro momento.

Consideramos como condições adequadas uma série de fatores, nos quais incluímos a disponibilidade de recursos financeiros e humanos conforme planejado inicialmente. Entretanto, como se observa em quase todos os anos da jovem história do IDSM, invariavelmente são observados longos atrasos na transferência anual de recursos financeiros. O que vem obrigando a instituição a utilizar sua reserva técnica, decorrente do saldo financeiro do ano anterior, para que algumas ações mais importantes sejam executadas na primeira metade do ano. Este grande atraso nas transferências inviabiliza algumas ações, e obriga a instituição a realizar adaptações de última hora ou simplesmente adiar ações para o ano subsequente.

Estes atrasos estão também relacionados com a discrepância observada entre os valores pactuados no Contrato de Gestão para execução anual, e os valores disponíveis na Lei Orçamentária Anual (LOA). Tal discrepância obriga a realização de novos termos aditivos de fontes alternativas para fazer frente ao programado, e que termina por também atrasar as transferências de recursos pela dificuldade na realização das complementações.

Uma limitação importante é a taxa de crescimento da equipe de trabalho, inferior àquela pactuada e projetada antes da vigência do atual contrato de gestão. Tais contratações são muitas vezes dificultadas porque o limite pactuado para uso do orçamento anual na rubrica Pessoal (60%) é calculado a partir dos valores efetivamente repassados ao ano, e não dos valores pactuados no contrato. Assim, o limite de 60% só é conhecido ao final do ano, quando se encerram as transferências de recursos, e não há possibilidade de expansão de equipes, por não sabermos se o limite será ou não ultrapassado. Como não se pode planejar com dados *a posteriori*, esta limitação pode ser corrigida ao ser alterada a forma de cálculo pelos valores pactuados *a priori*.

Outra limitação relevante para o registro do desempenho da instituição é a possível inadequação de alguns indicadores, que encontram-se em fase de reavaliação por parte da Comissão de Avaliação e Acompanhamento.

Visando contornar as limitações mencionadas acima, os gestores do IDSM tomaram algumas providências específicas. Além de intensificarmos os contatos com a CGOS-SCUP/MCTI, relatando a situação financeira da instituição, visando regularizar o fluxo de transferências de recursos, também buscamos fontes alternativas de recursos que não o contrato de gestão, ou mesmo adaptar recursos já garantidos (do contrato de gestão ou não) para custear outras ações. Finalmente, em alguns casos, foi necessário adaptar os objetivos de algumas das ações, pois estas não puderam ser executadas da maneira como haviam sido propostas e planejadas anteriormente.

Em alguns casos, conforme mencionado acima, houve uma iniciativa desenvolvida visando a alteração e aperfeiçoamento de alguns dos indicadores, considerados pela diretoria do

IDSM inadequados para o momento institucional. Discussões e negociações foram desenvolvidas com os membros da comissão de avaliação no sentido de aprimorar ou mesmo excluir indicadores. Os indicadores referentes a manejo sustentável (como o indicador 8) ou a tecnologias de gestão (como o indicador 12) foram discutidos, e algumas adaptações foram adotadas. O indicador 15, que foi considerado inadequado e que propusemos exclusão, foi mantido.

Por fim, visando um aperfeiçoamento na gestão institucional, e um incremento na eficiência nesta gestão, a diretoria do IDSM propôs ao Conselho de Administração a atualização do Plano de Cargos e Salários, e a reestruturação dos departamentos internos da Diretoria Adjunta de Administração. A primeira foi uma providência importante que nos auxiliará na otimização dos recursos destinados à rubrica Pessoal.

Todas estas providências, entretanto, ainda não são capazes de minorar os efeitos da principal limitação encontrada, que é o ajuste dos valores dos recursos alocados ao IDSM na LOA e a regularização do fluxo de transferência de recursos para o IDSM. Ainda aguardamos que o MCTI se pronuncie acerca da necessidade de alterar a forma de cálculo do limite de 60%, partindo da base de recursos efetivamente transferidos no ano, para a base de recursos pactuados para transferência no ano.

Apesar de todas as dificuldades e limitações relatadas, e dos desafios referentes à própria atividade do IDSM, o Instituto Mamirauá logrou alcançar ou ultrapassar 11 das 15 metas colocadas pelos indicadores de desempenho institucional. Outras três metas foram parcialmente alcançadas, e um indicador apenas não teve sua meta ao menos aproximada. Apesar dos indicadores de desempenho adotados, o ano de 2013 foi marcado por vários avanços e conquistas importantes, relatadas neste documento. Merece um destaque especial o aumento significativo na produção científica da instituição no ano de 2013, o que nos demonstrou que as medidas tomadas nos anos mais recentes voltadas ao aperfeiçoamento da atividade científica do IDSM tem sido bem sucedidas, e começam a apresentar seus mais evidentes resultados.

2. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS PELO IDSM

Ao longo dos últimos anos, o IDSM tem desenvolvido uma média de aproximadamente 71 projetos de pesquisa correntes por ano. Alguns deles são projetos com mais de um ano de duração, e são então contabilizados em anos consecutivos. Estes projetos podem ser agrupados conforme sua principal natureza.

Projetos de pesquisa voltados à compreensão dos aspectos naturais e sociais das florestas alagáveis da Amazônia são aqueles que descrevem a ocupação destes espaços pela bio ou sócio-diversidade, descrevem seus padrões principais, e analisam os principais fatores que forjaram sua geração, seu desenvolvimento e a sua manutenção.

Projetos de pesquisa voltados a subsidiar as ações de intervenção social são aqueles que investigam mais a fundo os aspectos que foram identificados pelos projetos do grupo anterior. São pesquisas voltadas a entender especificamente como um determinado recurso natural é utilizado, identificar os níveis de sustentabilidade de seu uso, e conhecer os aspectos biológicos que podem oferecer oportunidades de sustentabilidade ou de aumento da eficiência deste uso. São projetos na área de ciências biológicas ou de ciências sociais, respondendo a perguntas específicas sobre o funcionamento natural ou social dos sistemas, mas que são destinados a uma aplicação futura.

Os projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias sociais utilizam-se dos resultados dos projetos dos dois grupos anteriores, para construir as experiências de intervenção. É por meio destes projetos, que os primeiros pilotos de manejo, ou de qualquer outra intervenção social, são realizados pelo IDSM. Se estes pilotos vierem a ser considerados bem sucedidos, de acordo com os parâmetros de análise científica, eles podem gerar um protocolo de procedimentos que são assumidos pelo grupo de extensionistas, e a pesquisa é encerrada. As ações passam então ao âmbito de atuação dos grupos ou coordenações de extensão.

Finalmente, existem projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IDSM que abarcam temas relevantes para a compreensão destes sistemas naturais e sociais, ou de sua interação, mas que não seguem a lógica descrita nos três grupos anteriores. São projetos que trazem novas abordagens ou preenchem lacunas nos grupos anteriores, ou que propõem visões novas e não antes adotadas, mas que merecem ser avaliadas pela perspectiva do IDSM.

No ano de 2013, o Instituto Mamirauá conduziu cerca de 70 projetos de pesquisa correntes. Muitos deles atuam nas fronteiras do conhecimento em sua própria área temática de atuação. O grupo de pesquisas em Agroecologia iniciou em 2013 um pequeno conjunto de projetos de pesquisa voltados a investigar como lidar com a questão da expansão da atividade pecuária no interior de unidades de conservação. Como sabemos, um grande número de unidades de conservação na Amazônia (seja de uso sustentável, seja de proteção permanente) comportam atividade pecuária, legal ou ilegal, que exerce grande impacto sobre os ecossistemas locais. Até o momento, a questão tem sido pouco estudada sob o aspecto ambiental. As poucas investigações existentes são de caráter socioeconômico e antropológico, e se conhece apenas uma pesquisa que avalia o problema pelo seu prisma ambiental. O IDSM busca agora contribuir neste campo, produzindo conhecimento acerca do problema, e buscando formas de minorar os impactos causados pelos rebanhos, formas de limitar a expansão da atividade, e de manter uma relação positiva com os pecuaristas.

O grupo de pesquisas em Ecologia e Biologia de Peixes desenvolveu, ao longo dos últimos 15 anos, um grande conjunto de pesquisas que deram sustentação aos manejos de pesca participativa de pirarucus e tambaquis, importantes ações de conservação e melhoria da qualidade de vida que tem se disseminado bastante em toda a Amazônia brasileira e nos países vizinhos. Nestes anos mais recentes o grupo tem se dedicado a investigar espécies que são alvo

de dois outros tipos de pescarias, a pesca ornamental e a pesca esportiva. Voltados a compreender os aspectos biológicos das principais espécies visadas por estas formas de pesca, e a definir os parâmetros para sua sustentabilidade, os pesquisadores deste grupo conduzem um grande número de projetos que visam principalmente as espécies da família dos ciclídeos. Esta é a primeira experiência brasileira de esforço coordenado voltado a esta família e suas muitas espécies simultaneamente. Apesar de sua relevância ecológica, e enorme importância na economia regional, as pesquisas desenvolvidas até então com membros da família Cichlidae abarcam apenas algumas espécies, de forma pouco padronizada. A oportunidade destes projetos permite não somente a obtenção de subsídios para a sustentabilidade de seu uso, mas também o desenvolvimento de importantes áreas da ciência, como ocorre na África, onde esta família de peixes é também muito importante, e as pesquisas vêm sendo conduzidas por pesquisadores europeus nas últimas décadas.

Além disso, o grupo está concluindo entre 2013 e 2014 um conjunto de pesquisas que tenta inventariar um importante serviço ecológico prestado pelas várzeas, que é permitir a reprodução segura do recurso pesqueiro, cujas principais espécies são desembarcadas nos portos e terminais pesqueiros de toda a Amazônia.

O grupo de pesquisas em Ecologia Florestal tem desenvolvido, desde sua criação, projetos de pesquisa focados em espécies vegetais de importância econômica na região do Médio Solimões, especialmente aquelas de grande potencial madeireiro. Mais recentemente, o grupo tem se voltado para o estudo da dinâmica da floresta, e sua regeneração. Estes projetos são dirigidos a subsidiar programas de recuperação ou regeneração ambiental, para sanar resultados de degradação florestal, e recuperar a capacidade de sequestro e fixação de carbono por parte das florestas de várzea. Este ecossistema, como é notório, tem a maior capacidade de sequestro de carbono do Bioma Amazônia, mas não foi contemplado com qualquer programa de recuperação ambiental. Os riscos aumentaram enormemente com a aprovação recente do novo Código Florestal Brasileiro, que coloca as florestas alagáveis em um nível particular de vulnerabilidade. Visando oferecer à sociedade um protocolo de recuperação de florestas de várzea, este grupo de pesquisas investiga os padrões de armazenamento de sementes, de formas de germinação e de estratégias de estabelecimento de mudas/plântulas das principais espécies da várzea. São investigadas não apenas as espécies de maior relevância econômica, mas também espécies de alto valor ecológico, importantes nos principais estádios sucessionais da floresta.

O grupo de pesquisas em Ecologia de Vertebrados Terrestres apresenta projetos de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis, e projetos voltados ao monitoramento e sustentabilidade de uso dos recursos cinegéticos. A caça na Amazônia é ainda um tema polêmico, submetido a um marco legal dubio. Apesar disso, é amplamente disseminado o costume local de caçar e consumir carne de caça. Algumas destas ações podem ser consideradas preocupantes, por efetivamente ameaçarem a sobrevivência de algumas espécies, enquanto que outras apresentam sinais claros de sustentabilidade. Visando oferecer informações científicas sólidas que possam descrever o uso tradicional das espécies, bem como os parâmetros biológicos mais importantes para a sustentabilidade do abate destes animais, este grupo de pesquisadores vem conduzindo um conjunto de projetos de pesquisa de longa duração há mais de 10 anos. Os primeiros resultados, os mais consistentes e sólidos da Amazônia brasileira, apenas começam a ser publicados a partir das análises desta importante série histórica. Os projetos de pesquisa voltados à conservação de espécies ameaçadas ou vulneráveis estão centrados no estudo de felinos e de primatas amazônicos que sejam considerados ameaçados pelos organismos nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade. Para desenvolvimento destes projetos, são aplicadas as técnicas e tecnologias mais avançadas disponíveis atualmente, de modo que tais práticas possam ser transferidas ao uso corriqueiro por pesquisadores nacionais, que podem assim se atualizar de forma contínua.

Os pesquisadores do grupo de pesquisas em Mamíferos Aquáticos tem desenvolvido um grande número de projetos de pesquisa sobre estas espécies por vários anos. Estes projetos buscam investigar as fontes de riscos e vulnerabilidades das espécies e subsidiar sua conservação. Como são animais de difícil detecção, a tecnologia aplicada ao estudo destas cinco espécies é muito avançada, envolvendo técnicas de ponta que são trazidas continuamente dos mais adiantados centros de pesquisas do mundo.

O grupo de pesquisas de Organização Social e Manejo Participativo se destaca pela investigação sistemática, no campo das ciências sociais, das atividades de manejo de recursos naturais em unidades de conservação e em seu entorno. É um dos grupos desta temática alojados em instituição amazônica, e atuando diretamente sobre a problemática, em contínuo contato com os principais atores sociais protagonistas desta importante questão de fronteira. Projetos mais recentes deste grupo investigam as formas de partilha entre atores sociais dos recursos naturais de acesso livre, um tema de grande relevância para a Amazônia hoje. Também neste grupo se alojam os projetos de arqueologia que são desenvolvidos para revelar os padrões de uso do espaço e dos recursos naturais por populações pré-históricas que viviam na várzea amazônica.

Já o grupo de pesquisas em Populações Ribeirinhas, Modos de Vida e Políticas Públicas busca compreender os modos de vida das pequenas comunidades ribeirinhas, suas relações com o mercado e a influência sobre elas exercidas pelas políticas públicas adotadas nos diferentes níveis da administração pública. Este grupo tem desenvolvido projetos que tratam da demografia destas comunidades, sobre formas de apropriação de tecnologias adequadas para a vida nos ambientes alagáveis, e sobre a reprodução social destas unidades.

O grupo de pesquisas em Uso Sustentável de Recursos Naturais apoia um conjunto amplo de projetos que investigam a biologia e o uso tradicional de dois grandes grupos de recursos naturais, os crocodilianos e os quelônios. Os pesquisadores estão promovendo a construção de um sólido conjunto de informações subsidiárias para inaugurar de forma regular e legal as ações de manejo de jacarés na várzea amazônica, um fato ainda inédito. Em 2013 este grupo, em conjunto com o grupo de pesquisas em Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sociais do IDSM, desenvolveu e instalou o primeiro protótipo de uma planta de abate remoto, para inaugurar em 2014 um manejo piloto destas espécies já seguindo todas as diretrizes da legislação estadual e federal.

O grupo de Desenvolvimento e Adaptação de Tecnologias Sustentáveis não se dedica apenas ao desenvolvimento de tecnologias para o manejo de jacarés e quelônios, mas também ao desenvolvimento de tecnologias sociais para dar suporte à vida e à produção sustentável na várzea amazônica. Nos anos mais recentes o grupo tem desenvolvido pesquisas sobre os processos de tratamento da água para consumo e produção, e sobre os processos de geração alternativa de energia na várzea. Ambos são temas de extremo interesse para a sociedade, especialmente para as populações rurais da Amazônia.

Finalmente, o grupo de pesquisas em Territorialidades, Identidades e Gestão de Áreas Protegidas realiza investigações científicas, nas áreas afeitas às ciências sociais, voltadas a compreender as relações das populações tradicionais com seus territórios, o desenvolvimento e consolidação das suas identidades étnicas e as formas pelas quais estas populações geram alternativas para participar da gestão de áreas protegidas na Amazônia (sejam elas unidades de conservação, territórios indígenas, ou outras formas de gestão territorial existentes).

Como se pode ver, todos os grupos de pesquisas do IDSM, e seus respectivos projetos de pesquisa, estão profundamente comprometidos com a elaboração de respostas às maiores necessidades da sociedade, com maior ênfase nas populações rurais ribeirinhas da região. Cada um a seu modo, estes grupos discutem questões prementes e de alto interesse social, aplicando técnicas e tecnologias sociais avançadas, algumas delas atuando mesmo na fronteira do conhecimento nas suas diferentes áreas de atuação.

As dificuldades encontradas para manter o funcionamento destes grupos e dar continuidade a suas atividades são, principalmente, a fixação de recursos humanos de alta capacidade, e a manutenção do fluxo adequado de recursos financeiros necessários à sua atuação.

A natureza das pesquisas desenvolvidas no Instituto Mamirauá demanda um grupo de pesquisadores muito especializados e com alta graduação.

Historicamente existem grandes limitações à atração e fixação deste tipo de recursos humanos em toda a Amazônia. Devido a um esforço direcionado a minorar este problema, o IDSM tem desenvolvido estratégias de captação de doutores, com o oferecimento de salários atrativos, de boas condições de trabalho, e de comunicação e intercâmbios científicos, além de um programa institucional de capacitação e apoio à pós-graduação. Como resultado disso, o IDSM já conseguiu fazer com que aproximadamente 40% de seus pesquisadores detenham diploma de doutorado, e todos os demais sejam mestres (a maioria deles engajada em programas de doutoramento).

Já não há nenhum pesquisador que não seja pós-graduado na equipe do IDSM. Ainda assim, tem sido difícil captar novos recursos humanos de alta formação. No ano de 2013, diversos editais foram abertos e algumas das vagas não foram preenchidas, mesmo com todas as estratégias postas em prática nos últimos anos.

Além da cobertura de seus gastos, os projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição dependem de um fluxo contínuo de financiamento, de recursos disponíveis na frequência adequada para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos venham a termo ou que atinjam os objetivos desejados. Muito embora os recursos financeiros obtidos junto ao MCTI em 2013 tenham atingido os totais pactuados, o fluxo das transferências financeiras para o IDSM sofreu importantes interrupções, comprometendo de maneira significativa o desenvolvimento das atividades. Os projetos que mais demandam recursos foram, obviamente, os mais prejudicados. Neste grupo destacam-se os projetos de alta tecnologia, que dependem da aquisição, importação e manutenção de equipamentos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO IDSM

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM-OS tem um sistema de gestão construído em 2001, quando da assinatura do primeiro contrato de gestão com o MCTI, que vem sendo aprimorado ao longo do tempo.

O IDSM tem uma instância máxima de gestão, o Conselho de Administração (CA), formado por 11 conselheiros que representam o poder público, a sociedade civil organizada (particularmente representada pelos organismos científicos) e por cientistas de notório saber no campo de atuação de Mamirauá. Este conselho supervisiona os gestores executivos da OS, um conselho de diretoria composto por um Diretor Geral e três Diretores Adjuntos. Os diretores adjuntos são responsáveis pelas duas áreas de atuação institucional (pesquisa e manejo) e pela área administrativa. O conselho de diretoria é assessorado pelos conselhos internos. Em cada uma das três diretorias adjuntas é constituído um conselho formado por coordenadores ou líderes de pesquisa, que assessoram os seus respectivos diretores adjuntos. Desta forma, a gestão institucional busca adquirir a capilaridade necessária para fazer com que a tomada de decisões seja mais legitimada e de mais fácil implementação.

O Conselho Técnico Científico (CTC) do IDSM encontra-se em fase de reestruturação. Por solicitação do Conselho de Administração, o CTC está sendo revisado, com novos membros sendo convidados. Nesta nova composição, farão parte do CTC os três membros do CA que ocupam assentos de notório saber nas suas respectivas áreas científicas.

A preocupação com uma boa gestão sempre fez parte das principais prioridades institucionais. O IDSM construiu um contínuo diálogo positivo com outras instituições similares e com o órgão supervisor, voltado ao aprimoramento de sua gestão, acompanhando com atenção as mudanças da interpretação do marco legal da administração de OS, buscando responder de forma eficiente e apropriada às demandas que se colocam continuamente, e perseguindo a modernização dos instrumentos de gestão. Um organograma detalhado da instituição, incluindo as coordenações de cada diretoria, pode ser consultado na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br). Uma das formas de perseguir tal aprimoramento é promover, sempre que necessário, a atualização da sua infraestrutura, da sua equipe de colaboradores e dos documentos constitutivos do IDSM. Deste modo, em 2013 o IDSM expandiu sua infraestrutura, concluindo a instalação e a ocupação de um prédio construído ao longo de 2012. Trata-se do prédio de Pesquisas Terrestres e Acervos Biológicos, que foi adicionado à estrutura do campus de pesquisas do IDSM, em sua sede de Tefé. Foi também concluída em 2013 a construção das instalações do primeiro CVT para a várzea amazônica, com o apoio da SESIS (Secretaria de Inclusão Social do MCTI). A descrição pormenorizada da infraestrutura do IDSM, incluindo não apenas a sede, mas também a sua estrutura de campo, pode ser encontrada na página do IDSM na Internet (www.mamiraua.org.br).

Em 2013 a força de trabalho foi de 371 pessoas. Destas, 58,5% são dedicadas à atividade fim do IDSM, a realização de pesquisas científicas. O TNSE do IDSM considera 20 pesquisadores e 08 bolsistas com mais de 12 meses na instituição o que representa 13% do pessoal dedicado à atividade fim do IDSM. Além destes, há a participação nas equipes científicas de alunos dos programas de pós-graduação que desenvolvem seus estudos junto ao IDSM, e de alunos dos programas de iniciação científica (PIBIC Jr - FAPEAM e PIBIC Sr - CNPq). Entre 2012 e 2013, o crescimento da equipe científica do IDSM foi de 21%, muito aquém do programado junto ao MCTI na pactuação de 2009, em função das dificuldades de captação de recursos humanos de alta capacidade no interior da Amazônia. Outra limitação encontrada ao crescimento da equipe é o limite de 60% do orçamento efetivamente transferido a OS para uso na rubrica Pessoal. Desta forma, mesmo com doutores disponíveis, eles não podem ser imediatamente contratados sem que este limite seja ultrapassado.

Ao longo do ano de 2013 o IDSM precisou aprimorar o seu Estatuto, foi necessário atualizar o seu Plano de Cargos e Salários, e também reestruturar e modernizar os seus departamentos administrativos.

O Estatuto do IDSM passou por fortes modificações em 2013 visando atender a dois principais objetivos. Primeiramente buscou-se finalizar as alterações necessárias para a adequação ao novo Código Civil brasileiro, especialmente no que se refere aos aspectos relativos à assembleia geral dos associados. Em segundo lugar, foi necessário adaptar o documento às demandas e especificações da Portaria Ministerial 967 de 21 de dezembro de 2012, que trata da regulamentação do funcionamento das OS supervisionadas pelo MCTI.

O Plano de Cargos e Salários precisou ser aprimorado. A versão anterior, de 2006, ainda era definida por uma estratégia de captação e fixação de recursos humanos que dependia do pagamento de gratificações para os coordenadores e outros cargos de confiança. A medida que foi ocorrendo um alinhamento dos salários dos empregados a um nível equivalente à dos funcionários das instituições de pesquisa da administração direta do MCTI na Amazônia (INPA e MPEG), tal estrutura de gratificações passou a ser obsoleta. Ela foi alterada e reduzida na revisão do PCS de 2013.

O funcionamento e a gestão do Instituto Mamirauá, uma instituição de apenas 15 anos de idade, ainda precisa de muitas alterações e atualizações visando encontrar a configuração mais adequada. Em 2013 foi necessário realizar uma modificação de peso na estrutura da diretoria adjunta administrativa (ADM). Esta revisão buscou adotar uma estrutura mais enxuta, mais ágil e preparada para responder com velocidade e com maior eficiência às demandas diárias. E foi devido a esta necessidade de adaptação que foi feita a redução do número total de coordenações da ADM, pela fusão de coordenações já existentes, ou extinção de coordenações.

Atendendo a uma solicitação da comissão de acompanhamento e avaliação (CAA) em 2013, o IDSM está dando início em 2014 a um planejamento estratégico voltado a identificação de novos objetivos estratégicos, redefinição de macroprocessos e construção de indicadores. Todos estes aspectos serão extremamente relevantes para a repactuação do contrato de gestão, a ser realizada em 2015.

O sistema de gestão de pessoas está baseado num esforço para gerar um bom ambiente entre os empregados. Benefícios tais como seguro de vida, plano de saúde, ações de apoio à atividade física dos colaboradores, foram implementados nos últimos anos. Em 2013 foi iniciado o funcionamento de um restaurante subsidiado que beneficia os empregados do IDSM.

O sistema de gestão de materiais e equipamentos é composto por um sistema de gestão patrimonial que cataloga a acompanha o uso destes equipamentos, associado a uma coordenação que realiza a criação de condições de segurança para as pessoas, e que garante a manutenção de prédios, veículos, embarcações e equipamentos.

O sistema de gestão administrativa foi atualizado em 2012, quando foi adotado um sistema informatizado que interliga todos os departamentos administrativos aos seus clientes, que são os pesquisadores e extensionistas que se utilizam desses serviços. O sistema encontra-se em pleno funcionamento, mas requer periódicas atualizações e ajustes, voltados a adaptá-lo à situação particular do IDSM.

O demonstrativo da evolução patrimonial do IDSM é apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2013.

BENS	2009		2010*		2011		2012		2013**	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Terrenos	-	0	-	0	-	0	-	0	10.000,00	100
Edificações*	1.162.037,05	100	1.108.821,43	-5	1.146.311,43	3	1.297.619,28	13	2.105.051,63	62
Instalações	159.074,00	100	166.874,00	5	166.874,00	0	169.964,00	2	200.064,25	18
Máq., Apar. e Equipamentos	518.494,73	100	756.824,44	46	1.070.025,07	41	1.617.042,64	51	2.470.832,47	53
Equip.de Informática	353.104,22	100	557.969,53	58	651.089,91	17	821.121,18	26	1.118.669,76	36
Veículos/Embarcações	214.620,00	100	215.370,00	0,35	297.770,00	38	480.650,00	61	426.500,00	-11
Móveis e Utensílios	183.741,49	100	208.867,79	14	226.517,99	9	271.593,16	20	468.971,19	73
Acervo Bibliográfico	-	-	-	-	7.056,56	100	23.015,37	226	43.842,28	91
Imobilizações Intangíveis (Software)	69.185,04	100	113.181,49	64	142.560,38	26	149.383,00	5	250.598,21	68
Benfeitorias em Bens Cedidos	-	-	56.840,00	100	63.530,00	12	352.974,80	456	487.603,40	38
Imobilizado em Andamento (Obras)	-	-	-	-	148.085,66	100	230.473,86	56	408.819,21	77
TOTAL	2.660.256,53	100	3.184.748,68	19,72	3.919.821,00	23	5.413.837,29	38	7.980.952,40	47

Fonte: Deptº. de Contabilidade do IDSM - Atualizado em Jan/2014

* Em 2010 houve decréscimo na conta de Edificações devido à readequação de contas feitas no início do ano.

** Em 2013 o ocorreu decréscimo da conta de Veículos/Embarcações devido à baixa do bem inservível (Veículo S10). Receita registrada na Tabela 2 – Distribuição de recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2013, constante da pag. 53 deste relatório.

4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Ao longo de 2013 o IDSM não recebeu recomendações da CGU ou deliberações do TCU.

Quadro 1 - Recomendações da CGU

Providências Apontadas pela CGU		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
Entidades objeto da recomendação		
Descrição da Recomendação:		
O IDSM não recebeu nenhuma recomendação da CGU em 2013		
Providências Adotadas		
Síntese da providência adotada		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Quadro 2 - Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Descrição da Deliberação:					
O IDSM não recebeu nenhuma deliberação do TCU em 2013					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

O Quadro 3, a seguir, apresenta as notas obtidas pelo IDSM após a avaliação anual da instituição nos anos de 2010 a 2012.

Quadro 3. Histórico das avaliações da Comissão de Avaliação - CA do MCTI

INDICADORES	PONTUAÇÃO			
	2010	2011	2012	
Avaliação Geral da Comissão ao IDSM	8,31	9,48	9,82	

Os Quadros 4 e 5 apresentam as recomendações/sugestões solicitadas pela Comissão de Avaliação do MCTI, após análise do Relatório Semestral de 2013 do IDSM.

Quadro 4 – Cumprimento às Recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2013	5 a
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
A CA recomenda que o IDSM proponha um cronograma de atividades e o apresente até o final de 2013 com previsão de implementação do planejamento estratégico a ser realizado em 2014.	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada: Contatos realizados para contratação do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação - GEOPI da Universidade de Campinas. O IDSM está analisando a proposta apresentada pelo presidente/consultor do grupo GEOPI, Dr.Sérgio Salles, da Dra. Ana Maria Carneiro e Dra. Adriana Bin para coordenarem o planejamento estratégico do IDSM. O cronograma das atividades será apresentado a CA por ocasião da reunião anual de avaliação do IDSM.	
Síntese dos resultados obtidos	
O planejamento estratégico será concluído em dezembro de 2014.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A atividade solicitada pela comissão de avaliação do MCTI é importante para projetar as atividades do IDSM para os próximos anos. Porém, por demandar consultoria paga para a sua execução, pressiona os custos orçamentários da instituição para 2014.	

Quadro 5 – Cumprimento às Recomendações da Comissão de Avaliação do MCTI.

Recomendações/Sugestões da CA	
Relatório	Item
Semestral 2013	5 b
Descrição da Recomendação/Sugestão:	
A CA recomenda que no próximo Relatório Anual seja apresentada uma tabela consolidada dos projetos de pesquisa submetidos em busca de recursos. Tal tabela deverá conter, pelo menos, o título do projeto, seu líder e equipe, agência ou instituição submetida, se aprovado ou não e valor do recurso solicitado e aprovado.	
Providências Adotadas	
Síntese da providência adotada:	
Tabela executada. Ver apêndice 6 na Parte II do Relatório.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida neste Relatório.	
Análise dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação com efeito positivo que demonstra o empenho da instituição em alavancar recursos.	

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seis macroprocessos pactuados para a atuação institucional têm sua performance analisada por meio de 15 indicadores.

O Macroprocesso 1, “Produção Científica” tem cinco indicadores: índice geral de publicações por ano; índice de publicações indexadas dos pesquisadores do IDSM ao ano; índice de publicações indexadas abrangente de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano; índice de publicações não-indexadas reunindo todo tipo de produção científica não-indexada do IDSM ao ano, e número de eventos de difusão científica do IDSM.

O Macroprocesso 2, “Disseminação Tecnológica”, reflete o nível de disseminação do conhecimento produzido pelo IDSM através de um indicador: Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.

O Macroprocesso 3, “Manejo Sustentável”, apresenta o desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais, replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA e tem cinco indicadores: Número cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb); índice de clareiras de derrubada nas áreas de manejo florestal comunitário; número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA); índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate; índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA.

O Macroprocesso 4 trata da “Qualidade de Vida” experimentando a implementação de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e medindo seus impactos nesta qualidade, e possui um indicador que registra as comunidades beneficiadas por esses experimentos nas duas Reservas.

O Macroprocesso 5, “Tecnologias de Gestão” trata de processos desenvolvidos para promover a gestão participativa nas Reservas Mamirauá e Amanã e que possam ser replicados para outras áreas protegidas. O macroprocesso tem dois indicadores: índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM e índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários.

O Macroprocesso 6, que trata do “Desenvolvimento Institucional”, tem um indicador que mede a relação entre a receita do contrato de gestão e as demais alavancadas pela instituição.

O desempenho do IDSM é acompanhado e avaliado pelos indicadores referentes a cada macroprocesso apresentado acima. As metas destes indicadores para 2013 podem ser vistas no Anexo I. Um detalhamento do cálculo e das prospecções de cada um encontra-se na memória técnica no Anexo II.

Macroprocesso 1: Produção Científica

Este macroprocesso trata da produção e da produtividade científica da instituição, contabilizando os resultados das pesquisas voltadas para subsidiar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.

O quadro seis (06) abaixo mostra o número de publicações produzidas por membros do IDSM, estudantes e pesquisadores externos colaboradores de outras instituições no ano de 2013. O quadro oito (08) mostra a evolução do desempenho institucional entre os anos 2010 e 2013.

O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para fins do cálculo do indicador foi de 28 (20 pesquisadores e 8 bolsistas com no mínimo 12 meses de atuação no IDSM) (quadro 7). O apêndice 1 mostra o quadro de pessoal do IDSM com pesquisadores contratados e bolsistas do CNPq (PI) além de pesquisadores externos colaboradores (PE) e estudantes (E). O apêndice 2 contém a lista de publicações contabilizadas nos indicadores 1 a 4. E o apêndice 3 traz a distribuição da produção científica de cada pesquisador do IDSM nos últimos três anos por categorias de publicação e sua indexação.

Quadro 6. Número de publicações por categoria no ano de 2013.

Tipo de produção	Publicações indexadas	Livros e Capítulos de livros	Resumos em congressos	Documentos de conclusão de graduação e pós-graduação	Total
Membros do IDSM (PI)	30	20	103	0	153
Colaboradores (PE)	7	n/a	n/a	n/a	7
Estudantes (E)	n/a	n/a	9	7	16
Total	37	20	112	7	176

Quadro 7. Quadro de pessoal contabilizado

Tipo de colaborador	
Membros do IDSM (PI)	28
Colaboradores (PE)	6
Estudantes (E)	10

Quadro 8. Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1

Indicadores do Macroprocesso 1	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
1. Índice Geral de Publicação (IGPub) no ano	1,1	1,17	0,93	1,78
2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) do IDSM ao ano.	0,51	0,6	0,68	1,07
3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	0,31	0,69	0,76	1,09
4. Índice de Publicações não Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2,37	2	2,78	3,66
5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	6	6	6	5

Indicador 1 – Índice Geral de Publicação (IGPub) ou Produtos Científicos por Ano

1.1. Apresentação

Este indicador demonstra a efetividade dos trabalhos de pesquisa medindo a produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica publicada.

1.2. Alcançado no ano

No ano de 2013 houve um total de 50 publicações indexadas e não indexadas, mas com ISSN ou ISBN produzidas por membros do IDSM como autores principais ou como coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28.

Indicador 1	
Descrição	Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Medir a produção científica indexada e não indexada dos membros do IDSM.
Limitações	Muitas produções não-indexadas são de difícil comprovação e não são computadas adequadamente.
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica inclui publicações indexadas e não-indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados e não-indexados, mas com ISSN, e todos os livros ou capítulos de livros avaliados pelos pares (por comitê editorial), com ISBN, publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou co-autores) no ano referente à análise. Foi seguida a fórmula:</p> $\text{IGPub} = \frac{\text{NGPUB}}{\text{TNSE}} \quad \text{IGPub} = 50/28 = 1,78$ <p>Onde: NGPUB = (30 artigos publicados em periódicos indexados + 20 livros ou capítulos de livros) = 50 publicados no ano de 2013 TNSE = 28 "Técnicos de Nível Superior e</p>

		Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (20 funcionários e 08 bolsistas com 12 meses de atuação). Ver apêndice 1.
Fonte da Informação		Registros da produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	0,85	Meta desafiadora pelo pequeno quadro de pesquisadores do IDSM.
Meta Realizada	1,78	Meta de difícil realização. O empenho da equipe conseguiu atingir a meta.

Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano

2.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM.

2.2. Alcançado no ano

No período 30 publicações indexadas foram produzidas por membros do IDSM como autores ou coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28.

Indicador 2	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Apresentar a publicação de artigos científicos dos membros do IDSM em periódicos indexados por indexadores internacionais, e com ISSN.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica é medida principalmente por publicações indexadas.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN. Foi usada a seguinte fórmula:

		$IPub-I = \frac{NPUBI}{TNSE} \quad IPub-I = 30/28 = 1,07$ <p>Onde: NPUBI = 30 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou coautores.</p> <p>TNSE = 28 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (20 funcionários e 8 bolsistas). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Consulta aos registros de produção científica indexada do IDSM.
Meta Pactuada	0,66	Meta altamente desafiadora pelo pequeno grupo de pesquisadores e difícil acesso às revistas indexadas, que é muito competitivo.
Meta Realizada	1,07	Meta alcançada devido aos esforços da equipe, porém de difícil realização face às exigências de revistas indexadas.

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano

3.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos combinados de pesquisa com colaboradores externos, medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM juntamente com a dos seus colaboradores externos (de outras instituições).

3.2. Alcançado no ano

No ano de 2013 houve 37 publicações indexadas realizadas por membros do IDSM e/ou colaboradores externos como autores ou coautores (com resultados dos trabalhos desenvolvidos em colaboração). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28 e o número de pesquisadores colaboradores externos (CE) associados atuando em 2013 foi de 6. Portanto, o TNSE + CE ficou em 34.

Indicador 3	
Descrição	Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano.
Unidade	N
Tipo	Eficiência
Peso	3
Finalidade	Medir a produção dos trabalhos de pesquisa

		indexados com a participação da equipe do IDSM e de colaboradores externos (de outras instituições).
Limitações		A dificuldade do IDSM de acompanhar e registrar a produção científica dos colaboradores externos.
Aderência ao Macroprocesso		A Produção Científica é representada por publicações e por colaborações externas.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo		<p>São contabilizados todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN.</p> $\text{IPub-IA} = \frac{\text{NPUBIC}}{(\text{TNSE} + \text{CE})}$ $\text{IPub-IA} = 37/(28+6) = 37/34 = 1,09$ <p>Onde:</p> <p>NPUBIC = 37 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou coautores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2.</p> <p>TNSE = 28 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas). Ver apêndice 1.</p> <p>CE = 06 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Consulta aos registros da produção científica indexada do IDSM e de seus colaboradores externos.
Meta Pactuada	0,7	A meta a ser alcançada é imprevisível porque é difícil haver governança do IDSM sobre a produção científica de colaboradores externos.
Meta Realizada	1,09	Fora da governabilidade da instituição porque não há governança da produção científica de pesquisadores de fora da instituição. Mesmo assim a meta foi alcançada.

Indicador 4 – Índice de Publicações não indexadas (IpuNI), Reunindo todo tipo de Produção Científica não Indexada Realizada no IDSM ao Ano

4.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica.

4.2. Alcançado no ano

No ano de 2013 foram produzidos 20 livros e/ou capítulos de livros, 103 resumos não indexados por pesquisadores internos, 9 resumos produzidos por estudantes e 7 documentos de conclusão de graduação e pós-graduação (monografia, dissertação ou tese). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. Para contabilizar o indicador foram considerados 28 técnicos de nível superior e especialistas e 10 estudantes atuando junto ao IDSM em 2013, totalizando 38 pesquisadores.

Indicador 4	
Descrição	Índice de publicações não indexadas (IpuNI) reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Medir a produtividade global dos membros do IDSM contabilizando os diversos tipos de produção científica.
Limitações	O número de estudantes de graduação e de pós-graduação que optam por realizar seus trabalhos de conclusão de curso sob a supervisão da equipe de pesquisadores do IDSM varia a cada ano e não há muita governança institucional neste aspecto. Boa parte da produção não indexada é de difícil comprovação ou registro.
Aderência ao Macroprocesso	A Produção Científica inclui todo tipo de publicação (livros e capítulos de livros, resumos em eventos científicos, documentos de conclusão de graduação e pós-graduação).
Aderência ao Objetivo Estratégico	A produtividade científica da instituição subsidia a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia.
Fórmula de Cálculo	São contabilizados todos os produtos científicos não indexados publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou coautores), somados aos bolsistas e estudantes apoiados pelo IDSM no ano referente à análise.

		$IPuNI = \frac{NPCNI}{TNSE}$ $IPuNI = (20+103+9+7)/38 = 3,66$ <p>Onde:</p> <p>NPCNI = 139 produtos científicos não indexados (20 livros e capítulos de livros + 112 resumos em eventos científicos publicados + 7 documentos de conclusão de graduação ou de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou coorientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2.</p> <p>TNSE = 28 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 10 estudantes autores de trabalho considerado na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI). Ver apêndice 1.</p>
Fonte da Informação		Consulta aos registros de produção científica geral do IDSM.
Meta Pactuada	3,5	Meta imprevisível face não se ter governança sobre o número de estudantes que poderiam contribuir com seus trabalhos de conclusão de graduação ou pós-graduação.
Meta Realizada	3,66	Meta alcançada dentro do limite pactuado em função da cobrança por uma produção decorrente da participação da equipe de pesquisadores em eventos científicos.

Indicador 5 – Número de Eventos de Difusão Científica (EDCP) Promovidos pelo IDSM ao Ano

5.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficácia do IDSM na promoção de eventos científicos, voltados à divulgação e incentivo da produção científica de seus membros, alunos, estagiários e parceiros externos.

5.2. Alcançado no ano

No ano de 2013 foram promovidos cinco eventos de difusão científica. As programações dos eventos estão no anexo III, na parte II do relatório. No ano de 2013 não foi possível realizar o workshop de pesquisas sobre jacarés, que costuma ser realizado todos os anos juntamente com o curso de técnicas de campo para o estudo de jacarés na Amazônia. Devido ao atraso nas transferências de recursos do MCTI para o IDSM, a ponto de ter sido utilizado o apoio da Petrobras para esta finalidade, em 2013 não foi possível trazer especialistas de outras partes para apresentarem suas pesquisas, metodologias e resultados. Neste ano, com recursos

externos foi possível apenas trazer os alunos e realizar o curso de campo, de 24 de outubro a 07 de novembro de 2013.

1. Seminário Parcial PIBIC Sr CNPq:

Realizado na sede do IDSM, no dia 28 de março de 2013, o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sênior (PIBIC Sr) do Convênio CNPq-IDSM contou com a apresentação de 14 projetos em andamento (Anexo 1). Os projetos apresentados foram avaliados pelo Comitê PIBIC – IDSM com a presença dos avaliadores externos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA– CEST/Tefé).

2. Seminário Parcial PIBIC Jr FAPEAM:

No dia 23 de maio de 2013 foi realizado o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr) do Convênio FAPEAM-IDSM 2012-2013. Os onze trabalhos apresentados (Anexo 1) foram avaliados pelo Comitê PIBIC.

3. Seminário Final PIBIC Sr CNPq:

O Seminário Final do Programa de Iniciação Científica ocorreu no dia 31 de julho na sede do IDSM, na sala de aula da biblioteca. Houve apresentação de doze trabalhos de bolsistas de iniciação científica e a premiação dos dois melhores trabalhos desta edição. Cerca de 120 alunos de graduação já integraram e concluíram o Programa PIBIC/IDSM desde 2004. Destes, 11% seguiram para pós-graduação e 9% foram absorvidos no Instituto Mamirauá, como bolsistas ou funcionários.

4. Seminário Final PIBIC Jr FAPEAM:

O Seminário Final PIBIC Jr aconteceu em 14 de Novembro de 2013 no miniauditório de pesquisa na sede do IDSM. Onze trabalhos de iniciação científica foram apresentados. O objetivo deste evento foi contribuir com o desenvolvimento dos bolsistas PIBIC Jr., visando seu aprimoramento na área da pesquisa, através da avaliação dos projetos.

5. 10º. Simpósio de Conservação e Manejo Participativo na Amazônia

O Simpósio (anteriormente denominado Seminário Anual de Pesquisas do IDSM) teve por objetivo promover a divulgação científica e o debate sobre a conservação da biodiversidade, o manejo de recursos naturais, a gestão de áreas protegidas e os modos de vida das populações locais na Amazônia. Cerca de 220 pessoas participaram do evento que aconteceu em Tefé entre os dias 3 e 5 de julho de 2013 com apresentação de 63 painéis, 35 apresentações orais, 02 conferências e uma mesa-redonda debatendo sobre o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com a participação dos pesquisadores Dr. Phillip Fearnside (INPA), Dr. Mauro Almeida (UNICAMP), Dr. Deborah Lima (UFMG) e Carlos Durigan (WCS). A novidade de 2013 foram os mini-cursos oferecidos no dia anterior ao evento. Os seguintes mini-cursos foram oferecidos: Pesquisas de Campo Envolvendo Animais e Taxidermia; Qualidade Sanitária de Alimentos; A Linguagem do R; e Biodiversidade e Taxonomia de Peixes Amazônicos. Cerca de 70 pessoas, entre estudantes e pesquisadores, participaram dos mini-cursos. Em 2013 o Simpósio foi transmitido ao vivo para todo o Brasil, com mais de 50 participantes online em cada dia do evento.

Indicador 5		
Descrição		Número de eventos de difusão científica (EDCP) promovidos pelo IDSM ao ano.
Unidade		N
Tipo		Eficácia
Peso		2
Finalidade		Medir a promoção de eventos científicos voltados à divulgação e incentivo da produção científica da equipe do IDSM, de alunos, estagiários e parceiros externos.
Limitações		Não há
Aderência ao Macroprocesso		A Produção Científica também é medida pelo grau de intercâmbio e participação de colaboradores externos.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A participação da equipe do IDSM na elaboração e participação dos cursos e seminários possibilita uma avaliação e aprimoramento dos trabalhos realizados e uma melhor divulgação da produção científica no ano.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta dos eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise.
Fonte da Informação		Levantamento da programação dos eventos científicos constando os trabalhos apresentados e a relação de participantes
Meta Pactuada	6	Meta dimensionada neste limite que corresponde a capacidade (tempo, recursos) que o IDSM dispõe para poder executá-la.
Meta Realizada	5	Meta realizada dentro da governabilidade da instituição. Pelo tamanho da equipe e pelos recursos alocados aos eventos não houve possibilidade de cumprir a meta.

Macroprocesso 2 : Disseminação Tecnológica

Este macroprocesso trata da disseminação para outras áreas da Amazônia de processos e tecnologias que foram desenvolvidas e/ou testadas pelo Instituto Mamirauá nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 6 – Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) ao Ano

6.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação de processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências do IDSM em

outras localidades da Amazônia, na região do médio Solimões, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.

6.2. Alcançado no ano

Foram realizados seis eventos de capacitação: um voltado para manejo de recursos pesqueiros, dois sobre turismo de base comunitária, um de manejo de sistemas agroflorestais um sobre manejo de abelhas sem ferrão, e um de manejo florestal madeireiro.

- 1) Curso de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros com Foco no Manejo de Pirarucu – ministrado para 28 técnicos, das seguintes instituições: Colônia de Pescadores Z-7 de São Félix do Araguaia/MT, Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC/SDS/AM, Universidade Federal do Pará/UFPA/Instituto Humaniza, IDS Fonte Boa/AM, IDAM/Juruá, Programa Amazonas da Operação Amazônia Nativa – OPAN/Lábrea, Programa de Desenvolvimento Humano Integrado – PDHI da Fundação Vitória Amazônica – FVA, Secretaria de Abastecimento e Produção – SEMPA/Fonte Boa, Departamento de Aquicultura e Pesca - Lábrea/AM, Fundação Nacional do Índio - FUNAI – Coordenação Regional do Purus – Lábrea/AM, Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) - Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, Colônia de Pescadores Z-7 de São Félix do Araguaia/MT, IDAM/Fonte Boa, Colônia de Pescadores Z-4/Tefé e Instituto Piagaçu.
- 2) Curso de Multiplicadores de Turismo de Base Comunitária – ministrado para 10 alunos, oriundos de duas instituições de Minas Gerais e de uma Unidade de Conservação da Colômbia.
- 3) Workshop Internacional de Turismo de Base Comunitária – com a participação de 12 estudantes da Universidade de Maine - Estados Unidos.
- 4) Curso de Manejo de Sistemas Agroflorestais - para agricultores da Comunidade Mel da Pedreira/Quilombo do Mel – AP.
- 5) Curso de Manejo de Abelhas sem Ferrão – para técnicos do IDAM (Tefé, Manaus, Codajás, Amaturá e Juruá), da Secretaria Municipal de Produção Agrícola – SEMPA/Tefé, da Associação de Criadores de Abelhas Nativas/PR, da Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia/AC, Instituto Federal de Mato Grosso/MT.
- 6) Curso de Exploração Florestal de Impacto Reduzido – para técnicos do Instituto Floresta Tropical/PA, IDAM (Tefé e Manaus), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Envira/AM, Secretaria de Produção Rural do Amazonas, Associação de Produtores Rurais de Carauari/ASPROC e Universidade Estadual do Amazonas-UEA.

Indicador 6	
Descrição	Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.
Unidade	N
Tipo	Eficácia

Peso	3
Finalidade	Este indicador mostra a eficácia dos programas do IDSM voltados ao desenvolvimento de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação de processos e tecnologias desenvolvidos pela instituição por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências do IDSM em outras localidades da Amazônia, na região do médio Solimões, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.
Limitações	Não há
Aderência ao Macroprocesso	A Disseminação Tecnológica é medida pela realização de eventos, cursos e treinamentos voltados à geração de multiplicadores.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Os cursos e treinamentos oferecidos pelo IDSM a técnicos de outras instituições do estado, de outras regiões e do exterior funcionam como multiplicadores das experiências e trabalhos desenvolvidos pela equipe do IDSM.
Fórmula de Cálculo	Contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM no ano.
Fonte da Informação	Relatórios de atividades dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	6
Meta Realizada	6

Macroprocesso 3: Manejo sustentável

O objetivo do macroprocesso é desenvolver processos de manejo sustentável de recursos naturais que possam ser replicáveis dentro e fora das Reservas Mamirauá e Amanã.

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).

7.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação. Cada um dos sistemas de manejo desenvolvidos e adaptados pelo IDSM precisa ser ajustado a casos especiais em função das

particularidades ambientais ou em função da realidade social dos manejadores. A elaboração de “protocolos” ou “rotinas de abordagem” para guiar e documentar estes ajustes, e abordar cada uma destas distintas realidades mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação. O indicador tenta demonstrar que os diferentes sistemas de manejo em curso ou em preparação no IDSM se dirigem a uma adaptação às condições sociais e ambientais de cada caso. Atualmente são implementados ou promovidos pelo IDSM sistemas de manejo nas seguintes áreas:

1. Recursos turísticos ou cênicos
2. Recursos pesqueiros para fins alimentares
3. Recursos pesqueiros para fins ornamentais
4. Recursos florestais madeireiros
5. Recursos florestais não madeireiros
6. Recursos faunísticos

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de protocolos elaborados e publicados pelo IDSM sobre as distintas adaptações dos sistemas de manejo para as distintas realidades socioambientais abordadas em campo.

7.2. Alcançado no ano

Em 2013 foi elaborada uma rotina/protocolo que trata sobre os procedimentos para implementação de manejo de jacarés. Contando com este, foram publicados no sítio do IDSM na Internet seis protocolos. Dois sobre duas diferentes modalidades de pesca manejada de pirarucus, um sobre a pesca de peixes ornamentais, um sobre turismo de base comunitária, um sobre manejo florestal comunitário (recurso madeira) e este sobre o manejo de jacarés.

Indicador 7	
Descrição	Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Medir o desenvolvimento de sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação e multiplicação.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável desenvolvido pelo IDSM destina-se também à multiplicação em outras áreas similares. Protocolos são importantes instrumentos desta multiplicação.
Aderência ao Objetivo Estratégico	O indicador mede a eficácia dos sistemas de

		manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta cumulativa das rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais apropriados para diferentes contextos socioambientais.
Fonte da Informação		São as publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	6	Meta realista por demonstrar a capacidade de atendimento da elaboração de um protocolo por ano.
Meta Realizada	6	Atingimento da meta dentro do limite previsto pela equipe responsável do programa de manejo sustentável

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.

8.1. Apresentação

Este indicador mede a efetividade das medidas de manejo e da atuação dos responsáveis pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC), ambas aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros. Por recomendação da Comissão de Avaliação, o índice passou a ser calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares).

Uma interferência de manejo deve, por princípio, realizar o menor impacto possível na floresta. Em áreas de extração tradicional ou convencional e não manejada de madeira o impacto da atividade pode ser medido por vários meios. Um deles é o tamanho médio das clareiras formadas. Num cálculo que envolve um grande número de clareiras, em áreas de exploração de tamanho variável, este impacto foi calculado como cerca de 800 m² por hectare de floresta, nos quais 12 árvores, em média, são derrubadas para cada árvore a ser explorada.

Nas áreas de manejo comunitário que recebem apoio técnico-científico do IDSM, este tamanho médio pode ser reduzido à metade ou mesmo menos que isto. Atualmente, o tamanho médio do impacto é calculado em 400 m² por hectare de floresta explorada. Espera-se que este impacto seja reduzido em 20% paulatinamente até atingir os níveis inferiores a 320 m² ao longo do período de 2011 a 2015. Assim, 320 m² por hectare por ano será o limite superior da meta ao final do período, e não poderá ser ultrapassado. Para cada ano haverá uma redução de 20m² na meta da medida.

O Conselho de Administração do IDSM posicionou-se em favor de alterar a fórmula de cálculo deste indicador. Esta posição foi inicialmente enunciada em 2011, quando o Conselho sugeriu que fosse calculado um indicador de Eficiência do Manejo Florestal, no qual o volume (m³) de madeira produzida nas áreas de manejo seria dividido pela área das clareiras abertas para tal manejo (m²). A comissão de avaliação deliberou que este cálculo poderia ser feito, e os resultados apresentados nos relatórios subsequentes, mas que a atual fórmula de cálculo deveria ser mantida. Em 2013 o Conselho reafirma sua posição de que a fórmula de cálculo deve ser alterada. Esta posição é compartilhada pelos membros do IDSM, que consideram este indicador proposto pelo Conselho como de maior significância, por incluir um conjunto maior de parâmetros relevantes para o manejo florestal comunitário.

8.2. Alcançado no ano

No ano de 2013, houve três explorações florestais de impacto reduzido, nas comunidades de Boa Esperança do Japurá, São João e Bate Papo. As medições das clareiras dessas explorações aconteceram nos meses de agosto (São João), setembro (Boa Esperança) e outubro (Bate Papo), período em que as áreas de manejo voltam a ter condições para realizar a pesquisa, ocasionada pela descida do rio e as terras ficam novamente expostas.

Naquelas 3 comunidades que realizaram manejo florestal madeireiro sob assessoria do IDSMD em 2013, foram medidas clareiras referentes à exploração de 78 árvores. Foram selecionadas para exploração várias árvores próximas entre si, que tiveram sua queda direcionada para um ponto central, contribuindo para a abertura de uma mesma clareira, o que faz com que o número de clareiras abertas seja inferior ao número de árvores exploradas. A área destas clareiras abertas totalizou cerca de 39.300m² quando consideradas as 3 comunidades envolvidas na atividade neste ano (cujos talhões somaram quase 52 hectares).

A área de clareiras por hectare (ICD) em 2013 foi de 758,2 m²/ha. Este número foi bem superior à meta do ano, que previa uma área inferior a 340 m²/ha, e superior ao registrado na exploração de 2011, quando apenas uma comunidade realizou manejo (303,8 m²/ha).

Acreditamos que vários fatores contribuíram para que esta meta não fosse alcançada.

Em primeiro lugar, a grande quantidade de árvores extraídas contribuindo para uma mesma clareira, que é um efeito positivo dos princípios de sustentabilidade do manejo, acabou por ampliar o tamanho médio das clareiras, superior aos anos anteriores.

Em segundo lugar, observamos que a medida variou bastante em função da espécie explorada (pela sua arquitetura, presença de epífitas, cipós e lianas, etc.), e em função do indivíduo selecionado (altura, DAP, volume de copa, etc.). A variância encontrada para as medidas foi muito alta, e sugere que a medida varia também em função das árvores exploradas a cada ano.

Também consideramos a possibilidade de que os manejadores não estejam executando a contento as técnicas de baixo impacto para as quais foram capacitados ao longo dos anos.

Por outro lado, as clareiras abertas conforme descrito acima geraram um volume total de 676,9m³ de madeira, e produzindo um índice de volume madeira (m³) por área de clareira (m²) de 17×10^{-3} m, superior ao de 2011 (11×10^{-3} m), o que sugere um aumento na eficiência da exploração. Este é exatamente o indicador em seu formato sugerido pelo Conselho de Administração.

Indicador 8	
Descrição	Índice de clareiras de derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário.
Unidade	m ² /ha
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Avaliar a efetividade das medidas de baixo impacto na atuação dos responsáveis pelo Manejo Florestal Comunitário aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros.
Limitações	O ICD parece ser também influenciado por vários outros fatores. Desde o tamanho da amostra (número de árvores exploradas ou de clareiras abertas) até as espécies e indivíduos que foram explorados, passando por sua

		distribuição espacial.
Aderência ao Macroprocesso		O manejo florestal comunitário é uma das mais relevantes formas de uso dos recursos naturais da várzea que vem sendo ajustadas aos princípios da sustentabilidade do macroprocesso Manejo Sustentável .
Aderência ao Objetivo Estratégico		Pela interferência do manejo florestal espera-se realizar o menor impacto possível na floresta.
Fórmula de Cálculo		<p>O Cálculo é feito por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares)</p> <p>Onde:</p> <p>AC (área da clareira) = $\pi (D/2)^2$ (onde D é o diâmetro da clareira), ou</p> <p>AC (área da clareira) = $\pi (r)^2$ (onde r é o raio da clareira)</p> <p>STMC (somatório do tamanho das clareiras) = $\Sigma (\pi (D/2)^2)$ (em m²) = 39.267,54 m²</p> <p>ICD = STMC/SAh (onde SAh é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob atividade de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC=51,79ha)</p> <p>ICD= 39.267,54/51,79 = 758,2 m²ha</p>
Fonte da Informação		Dados obtidos pelas medições das clareiras em explorações florestais.
Meta Pactuada	Abaixo de 340	Meta desafiadora.
Meta Realizada	758,20	Resultado atípico e atemporal que pode talvez representar baixa governança.

Indicador 9 – Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)

9.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, e sua estratégia para adequação dos métodos e das técnicas aplicadas junto a distintas realidades socioambientais encontradas na sua fase de implantação. Cada um das técnicas de manejo precisa ser adequada à realidade social dos manejadores e a elaboração e aplicação de cartilhas didáticas, com linguagem acessível, é fundamental para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de cartilhas elaboradas e publicadas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.

9.2. Alcançado no ano

Para definição do V0 deste indicador foi considerada uma cartilha publicada em 2011 sobre técnicas de manejo florestal. Em 2013, foram elaboradas mais duas cartilhas, uma sobre a etapa princípios de manejo florestal e outra sobre técnicas de contagem de pirarucus.

Indicador 9		
Descrição		Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)
Unidade		N
Tipo		Eficácia
Peso		2
Finalidade		Medir a elaboração e publicação de cartilhas sobre os distintos métodos e técnicas adequadas à realidade local das comunidades, sobre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, e aplicadas pelo IDSM em campo.
Limitações		Não há.
Aderência ao Macroprocesso		O Manejo Sustentável é também medido pela sua capacidade de envolver os manejadores e capacitá-los para a atividade. As cartilhas são fortes instrumentos para avaliação do manejo sustentável.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Desenvolvimento de programas e técnicas de manejo apresentados em cartilhas didáticas, com linguagem acessível, para orientar os manejadores nas etapas dos processos de manejo de recursos naturais.
Fórmula de Cálculo		Contagem direta cumulativa das cartilhas sobre manejo sustentável dos recursos naturais.
Fonte da Informação		São as próprias publicações dos programas de manejo dos recursos naturais do IDSM.
Meta Pactuada	3	Meta realista por atender o potencial da equipe responsável pela produção das cartilhas.
Meta Realizada	3	Previsão atendida dentro do previsto e da capacidade da equipe do IDSM.

Indicador 10 – Índice de Pirarucus Manejados nas RDSM e RDSA com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)

10.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade das práticas de manejo sustentável da pesca de pirarucus nas Reservas Mamirauá e Amanã por meio de assistência técnica, do aconselhamento

e do monitoramento do tamanho médio dos animais pescados nos diferentes setores onde o manejo se desenvolve com a assessoria técnico-científica do IDSM. O limite de tamanho aplicado no abate pode indicar o acatamento à principal medida de manejo, que é o tamanho mínimo de abate definido pelo IBAMA, que é 1,50 m. Como pesquisas demonstraram que o tamanho à primeira maturação sexual da espécie é 1,65 m, no IDSM consideramos que o limite determinado pelo IBAMA é muito conservador, e levamos este limite a um nível mais desafiador, e também mais apropriado do ponto de vista da biologia deste recurso natural. Mantendo-se o tamanho dos animais abatidos sempre acima deste limite podemos garantir a sustentabilidade da pesca por meio da regeneração biológica dos estoques. Assim, quanto maior o índice de animais manejados com tamanho acima de 1,65m, maior será a sustentabilidade do sistema de manejo. O papel do IDSM nesta meta é o de manter os esforços de aconselhamento técnico, acompanhamento, monitoramento e auditagem dos sistemas de manejo de pesca em todos os locais que realizam o manejo nas duas reservas sob a supervisão do Instituto. Apenas um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores pode oferecer garantia de bons níveis de obediência às normas de manejo. Este indicador pretende acompanhar a proporção de indivíduos manejados que se encontram acima de 1,65m de comprimento total. Esta deve ser sempre superior a 0,7.

10.2. Alcançado no ano

Em 2013 o Programa de Manejo de Pesca/IDSM assessorou 10 sistemas de manejo, com uma quota autorizada de 8.082 peixes. Desse total foram contabilizados nas fichas de monitoramento a captura com a identificação por meio de lacres 7.951 peixes que corresponde a 98,4% da quota. Do total de peixes capturados, 6.552 pirarucus apresentaram tamanho igual ou superior a 1,65 m, o que corresponde a 82,4% do total.

No quadro 9 abaixo se encontra a distribuição de comprimentos dos animais capturados em 2013 nos sistemas de manejo assessorados pelo IDSM, organizada em classes de 15 cm de amplitude. Percebe-se que apenas cerca de 18% dos animais legalmente manejados foram menores que o recomendado pelos técnicos do Programa de Manejo de Pesca do IDSM.

Quadro 9. Frequência de animais capturados em 2013 por faixa de comprimento total (em centímetros).

C.T. (cm)	QTD	PORCENTAGEM
150 a 164	1.399	17,6
165 a 179	2.789	35,1
180 a 194	2.476	31,1
195 a 209	947	11,9
210 a 224	290	3,6
Acima de 225 cm	50	0,6
Total	7.951	100,0

Indicador 10	
Descrição	Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	2
Finalidade	Medir a sustentabilidade da pesca do pirarucu por meio da garantia da regeneração biológica dos estoques.
Limitações	O dado pode ser distorcido caso não haja cuidado no registro pelos manejadores, mas os técnicos do IDSM acompanham este registro anualmente com muito cuidado e eles fazem parte dos relatórios do IBAMA.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável busca garantir a oportunidade de regeneração do recurso pela reprodução natural.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Mantendo-se no manejo alta frequência dos pirarucus abatidos sempre acima de 1,65m (acima de 70%), maior será a sustentabilidade do sistema de manejo.
Fórmula de Cálculo	<p>Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é:</p> $ITP = \frac{Npm}{NTp}$ <p>onde</p> <p>Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano</p> <p>NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano.</p>
Fonte da Informação	Contabilização nas fichas de monitoramento da captura.
Meta Pactuada	acima de 0,7
Meta Realizada	0,82
	Meta desafiadora pelo fato do IBAMA determinar um limite de tamanho para o abate do pirarucu abaixo do estipulado pelo IDSM.
	Meta de difícil realização porque é necessário um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores para oferecer garantias de bons níveis de obediência às normas de manejo.

Indicador 11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).

11.1. Apresentação

Este indicador mede o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas. Para isso, estão previstos investimentos para beneficiar as comunidades através de capacitações para as atividades de manejo, fortalecimento da gestão comunitária, introdução de novas tecnologias de produção, desenvolvimento ou aperfeiçoamento da produção e oferta de assessorias para licenciamento e para comercialização da produção.

11.2. Alcançado no ano

Em 2013 foram incluídas duas novas comunidades em processos de manejo de recursos naturais na área das Reservas Mamirauá e Amanã: Porto Alves e Nova Jacitara. Ver apêndice 4. Estas comunidades estão sendo assessoradas pelo Programa de Manejo de Pesca, através de capacitação e assessoria técnica para o manejo de recursos pesqueiros. Fazem parte do Setor Caruara, onde a maioria dos assentamentos está localizada na Reserva Amanã e, a área de manejo fica dentro do território da Reserva Mamirauá.

Indicador 11	
Descrição	Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais do IDSM e RDSA (ICRAM).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	3
Finalidade	Medir o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas.
Limitações	Não há.
Aderência ao Macroprocesso	O Manejo Sustentável promovido pelo IDSM precisa ser expandido para provar sua eficácia antes de ser multiplicada.
Aderência ao Objetivo Estratégico	Através das capacitações para as atividades de manejo as comunidades começam a manejar os recursos naturais de forma apropriada melhorando sua condição de vida e conservando os seus recursos naturais.
Fórmula de Cálculo	Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e da RDSA que recebem assessorias e

		<p>aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais.</p> <p>A fórmula aplicada é:</p> $\text{ICRAM} = \frac{\text{Nca}}{\text{NTc}} \rightarrow 75/220 = 0,34$ <p>Onde:</p> <p>Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano (75)</p> <p>NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA (220).</p>
Fonte da Informação		Acompanhamento das comunidades que realizam o manejo dos recursos naturais.
Meta Pactuada	0,34	Meta realista porque duas novas comunidades ao ano é o máximo de atendimento que a diretoria de Manejo e Desenvolvimento do IDSM pode absorver.
Meta Realizada	0,34	Atingimento da meta dentro da governabilidade estabelecida pelo programa responsável pelo indicador.

Macroprocesso 4: Qualidade de Vida

Indicador 12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas Áreas Focais das RDSM e RDSA por Experimentos que Visam Qualidade de Vida de seus Moradores.

12.1. Apresentação

Este indicador é cumulativo e voltado para implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSA e RDSM, como pilotos para replicação. Estão sendo considerados na formação do indicador todos os tipos de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), água potável (tratamento e distribuição) e disponibilidade e uso de energias alternativas.

São consideradas prioritárias as comunidades que estão situadas em ambientes de várzea localizadas na RDSM e RDSA, pois, as condições físicas do meio tornam praticamente impossível utilizar as técnicas normalmente aplicadas nas áreas não alagadas. Algumas comunidades da área focal da RDSA, localizadas em ambientes com baixos níveis de alagação, também são alvos deste indicador por serem moradoras da Unidade.

12.2. Alcançado no ano

O V0 (0,027) da meta estabelecida no Contrato de Gestão foi representada por dois sistemas de abastecimento e bombeamento de água de superfície com uso de energia fotovoltaica, em duas comunidades. Nos anos de 2010 a 2012 sistemas iguais a esses foram

implementados em mais seis comunidades e, em uma delas, foi realizado também um experimento com sistema de fossa filtro.

Em 2013, no primeiro semestre, foram realizadas as atividades de: (a) visitas às comunidades para dimensionamento da tecnologia considerando o tamanho das localidades; (b) articulação comunitária para extração da madeira que é usada na base elevada do reservatório de água e da plataforma flutuante dos painéis fotovoltaicos e (c) ações de educação em saúde para os cuidados com a água para consumo humano. E no segundo semestre foram instalados dois experimentos de abastecimento de água com uso de energia solar, nas comunidades Porto Braga (RDSM) e São Sebastião do Repartimento (RDSA) e realizadas oficinas de gestão coletiva e manutenção do sistema de água, em cinco comunidades.

Estima-se que 190 domicílios, distribuídos entre as RDS's Mamirauá e Amanã, estão fazendo uso do experimento de abastecimento de água com energia solar e sendo alvo das ações de educação em saúde e de pesquisas avaliativas do experimento, nas áreas social e de engenharia ambiental.

O apêndice 5 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã por tipo de ação implementada. O quadro 10, a seguir, apresenta um resumo das comunidades beneficiadas nas RDSM e RDSA, por experimentos para a melhoria da qualidade de vida, no período de 2009 a 2013.

Quadro 10 - Comunidades beneficiadas pelo programa qualidade de vida

Ano	Comunidade	Reserva
2009 (V0)	Vila Alencar	Mamirauá
	Jubará	Amanã
2010	São Francisco do Aiucá	Mamirauá
2011	São Paulo do Coraci	Amanã
	Nova Jerusalém	Mamirauá
	Vila Betel	Amanã
2012	São Raimundo do Jarauá	Mamirauá
	Vila Nova do Amanã	Amanã
2013	Porto Braga	Mamirauá
	São Sebastião do Repartimento	Amanã

Indicador 12	
Descrição	Índice de comunidades beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	1
Finalidade	Medir a implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas

		focais das RDSM e RDSA, como pilotos para replicação.
Limitações		Não há.
Aderência ao Macroprocesso		A Qualidade de Vida das populações ribeirinhas pode ser abordada de várias formas. O acesso à água de qualidade é um indicador internacional de qualidade de vida. O IDSM busca implantar pilotos para incentivar a universalização do acesso a este bem.
Aderência ao Objetivo Estratégico		Com a implementação nas comunidades de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), tratamento e distribuição de água potável e disponibilidade e uso de energias alternativas ocorre a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e a possibilidade destas experiências serem replicadas para outras áreas da Amazônia.
Fórmula de Cálculo		São contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: $ICB = \frac{NCCExp}{NCVAF} \quad ICB = 10 / 73 = 0,137$ Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano da análise (10) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73).
Fonte da Informação		Informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM.
Meta Pactuada	0,137	Meta realista porque duas novas comunidades ao ano é o máximo de atendimento que a diretoria de Manejo e Desenvolvimento do IDSM pode absorver.
Meta Realizada	0,137	Atingimento da meta dentro do previsto.

Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão

Indicador 13 – Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC)

13.1. Apresentação

Este índice reflete a efetividade dos esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.

A equipe da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento, responsável por este indicador, vem sugerindo sua alteração há algum tempo. Ao analisar o Relatório Anual do IDSM de 2012 a Comissão de Avaliação sugeriu que este indicador fosse calculado por duas metodologias diferentes, que seguem abaixo especificadas e com seus distintos resultados.

13.2. Alcançado no ano

Foram realizadas a XX Assembleia Geral de Moradores e Usuários da RDS Mamirauá e a VI Assembleia Geral de Moradores e Usuários da RDS Amanã, com a participação de 307 e 120 pessoas, respectivamente. Participaram lideranças e representantes de comunidades e de instituições locais e regionais. Nas duas reservas, até 2009 quando foi definido o V0, foram capacitadas 392 lideranças pela equipe do Instituto Mamirauá. Destas, 94 participaram das Assembleias de 2013.

Indicador 13	
Descrição	Índice de Participação das Lideranças-ano Capacitadas pelo IDSM (IPLC).
Unidade	N
Tipo	Efetividade
Peso	1
Finalidade	Medir os esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.
Limitações	O indicador possui muitas limitações porque são vários os fatores que interferem em seu resultado. Exatamente por este motivo ele se encontra em fase de reestruturação. Os motivos pelos quais as lideranças capacitadas participam ou não das assembleias são diversos, e quase todos fogem da governança do IDSM.
Aderência ao Macroprocesso	Tecnologias de Gestão são adequadamente transmitidas por capacitação quando adotamos o modo participativo.
Aderência ao Objetivo Estratégico	A participação efetiva das lideranças, já capacitadas, nas instâncias de deliberação das reservas demonstra o conhecimento adquirido sobre gestão participativa e o esforço despendido pela equipe do IDSM na preparação dessas lideranças.
Fórmula de Cálculo	O cálculo deste indicador obedece a seguinte

		fórmula: $IPLC = NLCAG/NTLC$ $IPLC = 94/392 = 0,24$ Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias Gerais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=94) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392).
Fonte da Informação		Informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e votantes nas assembleias anuais da RDSM e da RDSA, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos.
Meta Pactuada	0,40	Meta extremamente desafiadora porque o IDSM não tem ingerência sobre a disposição destas lideranças capacitadas para comparecerem às assembleias.
Meta Realizada	0,24	Meta de difícil realização. As lideranças capacitadas por vários motivos, independente da vontade do IDSM, deixam de comparecer às assembleias. (Pela segunda metodologia de cálculo, apresentada para Comissão de Avaliação do MCTI, foi alcançado o resultado de 0,41).

Este indicador está em análise pela Comissão de Avaliação do MCTI e o IDSM apresenta uma segunda forma de cálculo que envolve uma abordagem mais inclusiva: Participações nas demais instâncias de tomada de decisão participativa responsáveis pela gestão e proteção das reservas e nas organizações responsáveis por projetos de manejo de recursos naturais.

Para o cálculo, utiliza-se o registro das participações das lideranças entre membros do Conselho Gestor, Agentes Ambientais Voluntários em atividade, membros das diretorias das associações comunitárias/setoriais ou organizações de manejo de recursos naturais que em 2013 foi de 159, dividido pelo número de lideranças capacitadas pelo IDSM (392). Considerando-se a participação nessas outras instâncias de deliberação, esta meta atingiu o índice de 0,41 no ano.

Indicador 14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV)

14.1. Apresentação

Este indicador reflete a eficácia do esforço do IDSM para apoiar as ações de controle e vigilância feita por Agentes Ambientais Voluntários – AAVs, membros da comunidade devidamente capacitados e credenciados pelo IBAMA para esta finalidade, nos setores das Reservas Mamirauá e Amanã onde há assessoria do IDSM.

O papel do IDSM neste processo é o de promover a capacitação e credenciamento realizado pelo IBAMA, organizar os AAVs capacitados, motivá-los, equipá-los e prover apoio logístico à sua atuação, além de realizar sua supervisão geral. O índice apóia-se no resultado da experiência de cerca de 13 anos, que indica que o quantitativo de AAVs atuantes é uma medida indireta da eficácia da proteção conferida pelas comunidades às áreas protegidas. Sua distribuição nos setores das reservas descreve a eficácia em alocar adequadamente este apoio no espaço físico das reservas cuja gestão é compartilhada com o IDSM. Há grandes desafios para a manutenção deste programa pelo IDSM, especialmente no que se refere à manutenção da mobilização e organização comunitárias e ao levantamento de recursos para custeá-lo.

14.2. Alcançado no ano

Ao longo do ano de 2013 foram mantidas as atividades das equipes de AAVs que já vêm atuando em 13 setores das duas reservas e, implementadas em mais uma área. Foram realizadas capacitações visando aprimorar o trabalho das equipes em atividades, abordando temas ligados a Educação Ambiental, dentre as quais destacamos a realização do III Encontro dos Agentes Ambientais Voluntários das Reservas Mamirauá e Amanã, buscando encontrar formas para superar as dificuldades para executar as ações de proteção ambiental.

Foram realizadas cinco missões de fiscalização, três com apoio do IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas e Polícia Militar, uma em parceria com IBAMA, ICMBio e Polícia Militar e uma como apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Maraã.

O trabalho para a expansão das atividades dos AAVs está sendo realizado no Setor Panauã de Baixo, situado nos limites do Setor Aranapu, da Reserva Mamirauá, na fronteira entre os Municípios de Maraã e de Fonte Boa. Para que as ações da equipe de AAVs se consolidem nessa nova área, algumas capacitações em Educação para o Manejo e Educação Ambiental com Noções de Legislação Ambiental e Cidadania foram realizadas.

Os Setores nos quais já existe o trabalho dos Agentes Ambientais são: Ingá, Liberdade, Horizonte, Barroso, Aranapu, Boa União, Tijuaca, Jarauá, Coraci, São José, Amanã, Caruara, Acapu e Panauã de Baixo.

Indicador 14	
Descrição	Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAIV).
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir as ações de implantação de programas de fiscalização das reservas, capacitando comunitários para atuarem na proteção ambiental das áreas.
Limitações	O indicador corre o risco de ter seu acompanhamento inviabilizado pela dificuldade de formação e credenciamento de novos agentes, algo que depende exclusivamente do poder público.
Aderência ao Macroprocesso	Tecnologias de Gestão incluem formas participativas de controle, inclusive com a

		adoção de medidas de controle social, com os AAVs.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A atuação dos AAVs permite a proteção da área mantendo o ambiente em condições de se desenvolver o manejo dos recursos naturais e sua conservação.
Fórmula de Cálculo		Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: $\text{ISAAV} = \text{SAAV} / 15 \rightarrow 14 / 15 = 0,93$ Onde: SAAV = Número de Setores onde há atuação de AAV's na RDSM e na RDSA (N=14) E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.
Fonte da Informação		Registro dos setores onde ocorre a atuação de AAVs.
Meta Pactuada	0,93	Meta desafiadora, pois a área das reservas é muito extensa e de difícil acesso e controle.
Meta Realizada	0,93	O IDSM só tem capacidade de ampliar um setor ao ano, e a meta foi alcançada.

Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional

O macroprocesso de Desenvolvimento Institucional objetiva acompanhar a evolução e fortalecimento do IDSM, identificando as estratégias utilizadas para a obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros e, assim, garantir a sustentabilidade financeira da instituição e de suas atividades.

Além do aspecto da sustentabilidade financeira do IDSM, o desenvolvimento institucional também envolve outros aspectos de grande relevância.

A equipe administrativa do IDSM tem passado por várias etapas de um processo de aperfeiçoamento e capacitação interna e externa, visando aprimorar os serviços oferecidos ao bom funcionamento institucional.

A gestão de recursos humanos, iniciada em 2010, está focada no aperfeiçoamento não apenas da capacidade dos funcionários, mas também em seu bem estar. Em 2011 foi iniciado o processo de adesão dos funcionários ao plano de saúde para os mesmos e seus dependentes, o que teve continuidade em 2012. Também neste ano foram iniciadas atividades de ginástica laboral para os funcionários e foi inaugurada uma lanchonete no interior do campus, para dar suporte ao corpo de colaboradores.

Em 2012 o IDSM iniciou os trabalhos de preparação de um terreno para construção e instalação de um escritório de representação no município de Fonte Boa, visando apoiar as ações institucionais em partes remotas da RDSM e estreitar as relações do IDSM com a prefeitura daquele município, e com seu órgão municipal de desenvolvimento sustentável (IDSFB).

Em 2013 as reformas das infraestruturas de campo, das atividades de manutenção de instalações, veículos e embarcações foram intensificadas. Foi ainda concluída a construção de dois prédios no campus da sede do IDSM em Tefé. Um prédio para pesquisas e outro para a extensão. No primeiro estão alojados os pesquisadores, os laboratórios e salas de acervo. No segundo está instalada o Centro Vocacional Tecnológico - CVT de Tecnologias Sociais da Várzea Amazônica, também chamado de Escola de Gestores Comunitários.

Para o terceiro ciclo de vigência do Contrato de Gestão, iniciado em 2010, foi definido como indicador para análise e acompanhamento deste macroprocesso o Indicador 15, abaixo apresentado.

Indicador 15 – Alavancagem Mínima de Recursos Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRFCG)

15.1. Apresentação

Este Indicador demonstra a eficácia do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.

A meta pactuada no contrato de gestão estipula que o IDSM deverá obter anualmente, no mínimo, 30% de recursos oriundos de outras fontes fora do Contrato de Gestão. Sendo assim, a AMRFCG deve ser mantida acima de 0,3 ao longo dos próximos anos (2010-2015). A Tabela 2, a seguir, apresenta os recursos obtidos em 2013.

Tabela 2. Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2013.

Fontes	2013
Contrato de Gestão / MCTI	26.051.215,90
1º Subtotal – Valores Recebidos Contrato de Gestão (VTCG)	26.051.215,90
Pousada Uacari	1.014.988,40
Bolsas PCI/DTI	596.000,00
BNDES – Fundo Amazônia	1.238.521,30
Petrobras Ambiental	617.887,28
CLP – Conservation Leadership Programme	4.837,61
CNPq (GEOMA, Aquicultura e ADAPTA)	407.313,89
Max Planck Institute	12.199,26
Lojas do Mamirauá	91.377,50
FINEP – Prêmio Inovação 2012 – Etapa Nacional	200.000,00
FAPEAM – Prêmio de Assessoria de Imprensa	10.000,00
Editais e Publicações	1.500,00
Venda de Bem inservível (S10 e sucata)	30.850,00
Doações diversas	20.863,28
Aluguel Lanchonete	3.600,00
2º Subtotal – Alavancagem de Outras Fontes (RAFCG)	4.249.938,52
Total Arrecadado no Ano	30.301.154,42
Alavancagem Fora do Contrato de Gestão (AMRFCG)	0,16

O valor total apresentado na tabela acima corresponde, cumulativamente, ao somatório de todos os termos aditivos do Contrato de Gestão/MCTI assinados para o ano de 2013.

É possível observar que devido aos atuais valores do Contrato de Gestão, fica cada vez mais complicado o alcance da meta proposta para este indicador. É necessária uma revisão da meta deste indicador para os próximos anos.

No final de maio de 2013, o saldo financeiro do ano anterior havia sido integralmente utilizado, incluindo os recursos reprogramados para continuação de atividades iniciadas no ano

anterior e a reserva técnica para cobrir contratos trabalhistas. Por conta disto, as atividades de campo com recursos de outros financiamentos foram mantidas em ritmo lento, porém a falta de recursos para custeio da manutenção básica e outras despesas administrativas causou grande insegurança e apreensão ao IDSM.

A Figura 1, a seguir, ilustra a distribuição dos recursos recebidos pelo IDSM em 2013.

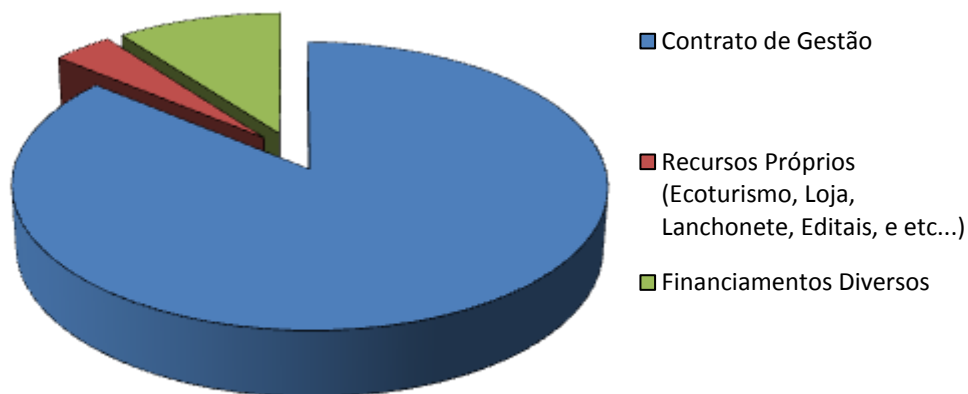


Figura 1. Distribuição das fontes de recursos do IDSM em 2013.

15.2. Alcançado no ano

No ano de 2013, os recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM alcançaram o índice de 0,16 em relação aos repasses do Contrato de Gestão.

Indicador 15	
Descrição	Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)
Unidade	N
Tipo	Eficácia
Peso	2
Finalidade	Medir a capacidade do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.
Limitações	Algumas fontes de recursos não exigem anuência institucional, e os pedidos são realizados diretamente por pesquisadores e técnicos. Normalmente o IDSM levanta entre seus membros todas as tentativas de

		alavancagem realizadas, mas nem sempre todos os pesquisadores e técnicos (e seus alunos) respondem a nossa consulta. Além disto, consideramos que as constantes alterações observadas no contexto internacional interferem bastante neste resultado, e estão, obviamente, fora da governança do IDSM. Por este motivo o indicador tem sido alvo de propostas de alteração.
Aderência ao Macroprocesso		O Desenvolvimento Institucional inclui os esforços da equipe para a obtenção de recursos e ampliação das atividades.
Aderência ao Objetivo Estratégico		A obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros leva ao desenvolvimento institucional garantindo a sustentabilidade da instituição e de suas atividades.
Fórmula de Cálculo		<p>O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula:</p> $AMRFCG = \frac{RAFCG}{VTCG} = \frac{4.249.938,52}{26.051.215,90}$ <p>Onde: RAFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM no ano. (R\$ 4.249.938,52). VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano. (R\$ 26.051.215,90).</p>
Fonte da Informação		Registros do setor financeiro do IDSM.
Meta Pactuada	Acima de 0,3	Meta desafiadora pela alta concorrência aos editais de financiamento para projetos de pesquisa
Meta Realizada	0,16	Meta de difícil realização e não alcançada.

No Quadro 11, a seguir, apresenta-se o histórico dos Indicadores de Desempenho, suas Metas para os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 e o que foi alcançado durante esses anos.

Quadro 11 - Histórico do quadro de indicadores e metas

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano			
						2010	2011	2012	2013
1 - <u>Produção Científica</u> Desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento social na Amazônia	1. Índice Geral de Publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano.	N	Efetividade	2	P	0,70	0,75	0,80	0,85
					R	1,10	1,17	0,93	1,78
	2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,50	0,6	0,64	0,66
					R	0,51	0,6	0,68	1,07
	3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	N	Eficiência	3	P	0,60	0,65	0,68	0,70
					R	0,31	0,69	0,76	1,09
	4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	N	Efetividade	2	P	2	2,5	3,00	3,50
					R	2,24	2,0	2,78	3,66
2 - <u>Disseminação Tecnológica</u> Ações para replicação de processos e tecnologias desenvolvidos e/ou testados pelo IDSM para as RDSM e RDSA para outras áreas da Amazônia	6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.	N	Eficácia	3	P	3	4	5	6
					R	2	4	5	6

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano			
						2010	2011	2012	2013
3 - Manejo Sustentável Desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA	7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	N	Eficácia	3	P	2	4	5	6
					R	2	4	5	6
	8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	m²/ha	Efetividade	2	P	Abaixo de 380	Abaixo de 360	Abaixo de 350	Abaixo de 340
					R	-	303,91	-	758,2
	9. Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	N	Eficácia	2	P				3
					R				3
	10. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP)	N	Efetividade	2	P	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70	Acima de 0,70
					R	0,72	0,75	0,78	0,82
	11. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	N	Eficácia	3	P	0,30	0,32	0,33	0,34
					R	0,30	0,32	0,33	0,34
4 - Qualidade de Vida Desenvolvimento de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha replicáveis para outras áreas da Amazônia	12. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	N	Eficácia	1	P	0,055	0,082	0,109	0,137
					R	0,041	0,082	0,109	0,137

Macroprocesso	Indicador	Unidade	Tipo	Peso	Pactuado / Realizado	Metas/Ano			
						2010	2011	2012	2013
5 - Tecnologias de Gestão Desenvolvimento de processos para gestão participativa da RDSM e da RDSA que possam ser replicadas para outras áreas protegidas	13. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)*	N	Efetividade	1	P	0,25	0,30	0,35	0,40
					R	0,20	0,32	0,25	0,24
	14. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	N	Eficácia	2	P	0,75	0,8	0,87	0,93
					R	0,73	0,8	0,87	0,93
6 - Desenvolvimento Institucional Fortalecimento institucional com ampliação da infraestrutura, ampliação do quadro de funcionários, ajustes no PCS e busca de sustentabilidade financeira para o IDSM	15. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	N	Eficácia	2	P	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3	Acima de 0,3
					R	0,52	0,16	0,29	0,16

* O indicador está sendo aferido em caráter experimental, por duas fórmulas de cálculo distintas, para posterior deliberação da coordenação de avaliação do MCTI.

6. PLANEJAMENTO E GESTÃO

São apresentadas as informações do planejamento e execução financeira do IDSM em 2013.

Quadro 12. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão ao IDSM

Fonte	2010	2011	2012	2013
MCTI	15.129.947,00	15.410.776,00	10.357.820,00	10.580.000,00
FNDCT	-	-	8.786.955,00	15.471.215,90
Total Geral	15.129.947,00	15.410.776,00	19.144.775,00	26.051.215,90

Quadro 13. Valores repassados ao IDSM pelo Contrato de Gestão no ano de 2013

Fonte	Termo Aditivo	Valor em R\$	Data do T.A.
MCTI	7º TA	10.580.000,00	14/06/2013
Total		10.580.000,00	
Outras fontes via Contrato de Gestão*	8º TA	10.571.215,90	01/11/2013
	9º TA	4.900.000,00	23/12/2013
Total outra fonte		15.471.215,90	
Total Geral		26.051.215,90	

* FNDCT

Quadro 14. Conta Bancária do IDSM – Valores do Contrato de Gestão

Banco	Agência	Conta	Saldo em 31.12.2013 (R\$)
Banco do Brasil S/A	0577-0	7892-1	10.311.507,80
Total			10.311.507,80

Quadro 15. Demonstração de Receitas auferidas pelo IDSM em 2013 e anos anteriores

Receitas	2013	2012	2011	2010
Receita Total	34.309.380,42	31.599.281,00	22.925.286,00	17.284.708,00
Receitas Contrato de Gestão	26.051.217,00	23.769.037,00	15.440.000,00	10.900.000,00
Receitas operacionais	358.190,78	144.833,00	11.207,00	11.877,00
Prestação de serviços	1.014.988,40	846.145,00	810.845,00	819.140,00
Receitas financeiras	312.519,00	711.509,00	979.007,00	388.493,00
Receitas de Convênios e Contratos Administrativos*	2.876.759,34	753.932,00	968.087,00	4.367.297,00
Receitas Alavancadas de Instituições de Financiamento	-	-	-	-
Descontos financeiros obtidos	4.795,00	8.927,00	10.988,00	20.312,00
Saldo do Exercício anterior do Contrato de Gestão (em 31/12)	4.003.431,00	5.354.897,00	4.705.152,00	777.588,00

* Esta linha foi detalhada na página 53 deste relatório, dentro do indicador de alavancagem 15.

Quadro 16. Saldos Financeiros apropriados como Recursos do Contrato de Gestão

	2013	2012	2011	2010
Saldo Financeiro em 30/06	3.095.424,00	3.206.946,00	4.565.591,60	1.334.008,89
Saldo Financeiro em 31/12	11.025.532,00*	10.208.591,00	5.849.239,00	4.249.055,00

* Saldo financeiro em conta corrente + adiantamentos concedidos + estoque

6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DA ENTIDADE

Abaixo estão demonstrados os valores por tipo de despesa, de forma a proporcionar comparação entre os anos de 2012 e 2013, conforme determinado na Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

Quadro 17. Relatório Comparativo de Despesas 2012 / 2013 – Em R\$ 1,00

TIPO DE DESPESAS	2012	2013	VARIAÇÃO ENTRE OS ANOS (%)
Aluguéis, Telefone, Água, Luz, etc...	540.261,00	833.586,00	54
Aquisição de imobilizado	1.607.957,00	2.670.035,00	66
Despesas Tributárias	277.745,00	249.618,00	-10
Diárias e Passagens	838.851,00	1.025.354,00	22
Materiais, Suprimentos e Serviços.	5.377.129,00	7.024.397,00	31
Pessoal	11.314.100,00	13.602.204,00	20
TOTAL	19.956.043,00	25.405.194,00	27

Houve uma expansão da infraestrutura na sede do IDSM em Tefé, com a conclusão da construção de dois prédios de pesquisa financiados pela FINEP. O primeiro é um prédio de acervos, laboratórios e salas de pesquisas e o segundo abrigará o Centro Vocacional Tecnológico – CVT do IDSM. Este foi o principal fator que impulsionou as significativas variações nos itens “Aquisição de imobilizados” e “Aluguéis, Telefone, Água, Luz, etc...”. Estas variações das despesas mostram o tombamento contábil dos prédios finalizados, a aquisição de mobiliário e equipamentos para uso das novas instalações e, consequentemente, o custo de manutenção das novas estruturas.

Já as variações demonstradas nos demais itens mostram aumento dos preços de aquisição dos mesmos, e no item “Pessoal” apresenta o aumento do número de pessoas trabalhando na instituição entre 2012 e 2013, além do aumento obrigatório do valor do salário mínimo fixado a cada ano.

Vale lembrar que o Contrato de Gestão é a única fonte de recursos comprometida com custos de pessoal e manutenção da OS. O IDSM continua buscando recursos financeiros externos para investimento e custeio das suas atividades fim. Estas propostas encontram-se relacionadas no apêndice 6.

Quadro 18. Plano de Ação do IDSM pactuado com o MCTI para execução em 2013 (R\$ 1,00)

MACROPRO- CESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1.1. Desenvolvimento de projeto de pesquisa sobre conservação da biodiversidade e biologia de recursos naturais pelos GP's do IDSM.	-	-	464.467	464.467	204.991	204.991	47.242	47.242	581.450	581.450	211.850	211.850	600.000
	1.2. Desenvolvimento de pesquisas sobre conservação e desenvolvimento social pelos GP's do IDSM.	-	-	182.253	182.253	280.000	280.000	50.000	50.000	380.000	380.000	500.000	500.000	-
	1.3. Participações em eventos científicos pelos membros dos GP's.	-	-	-	-	18.000	18.000	20.596	20.596	-	-	-	-	-
	1.4. Realização eventos científicos pelos GP's e pela DTC	-	-	13.000	13.000	8.000	8.000	28.947	28.947	11.459	11.459	-	-	-
	1.5. Manutenção e desenvolvimento dos Acervos Arqueológico e Etnológico.	-	-	2.500	2.500	7.000	7.000	15.375	15.375	17.980	17.980	10.000	10.000	-
	1.6. Manutenção e desenvolvimento do Acervo Biológico	-	-	8.700	8.700	11.000	11.000	11.720	11.720	25.425	25.425	40.300	40.300	-
	1.7. Publicação e difusão de resultados das pesquisas desenvolvidas (periódico institucional, livros e apoio a publicações internacionais dos pesquisadores do IDSM).	-	-	9.800	9.800	113.042	113.042	25.100	25.100	190.900	190.900	-	-	-
	1.8. Manutenção do programa de gestão e informatização do acervo bibliográfico.	-	-	5.200	5.200	12.800	12.800	-	-	-	-	15.000	15.000	-
	1.9. Manutenção da biblioteca e crescimento de acervo bibliográfico	-	-	14.500	14.500	3.600	3.600	11.400	11.400	15.000	15.000	-	-	-
	1.10. Apoio às atividades dos programas de iniciação científica (PIBIC Jr e Sr.).	-	-	-	-	-	-	15.200	15.200	9.800	9.800	-	-	-
	1.11. Desenvolvimento de atividades do núcleo de Inovação e Tecnologias Sustentáveis (NITS).	-	-	-	-	71.800	71.800	8.200	8.200	5.000	5.000	-	-	-
	1.12. Desenvolvimento do mapeamento tecnológico, e análise de viabilidade da incubadora de negócios sustentáveis pelo NITS.	-	-	90.800	90.800	180.000	180.000	37.500	37.500	108.900	108.900	147.800	147.800	-
	1.13. Instalação de um laboratório de SIG (projeto estruturante IDSM).	-	-	-	-	35.600	35.600	16.500	16.500	10.000	10.000	103.037	103.037	-
	1.14. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e manejo sustentável de recursos aquáticos (Pesca e Répteis).	-	-	-	-	63.000	63.000	87.000	87.000	150.000	150.000	-	-	-
	1.15. CEVA - Apoio à rede de pesquisa e manejo sustentável de crustáceos de manguezais.	-	-	27.500	27.500	61.900	61.900	34.000	34.000	76.600	76.600	-	-	-

MACROPROCESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA (CONTINUAÇÃO)	1.16. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em ecologia de florestas de várzea da Calha do Solimões-Amazonas;	-	-	30.200	30.200	55.800	55.800	17.020	17.020	98.000	98.000	-	-	-
	1.17. CEVA - Apoio à rede de pesquisa em conservação dos ecossistemas de várzea.	-	-	450.900	450.900	129.180	129.180	88.900	88.900	780.000	780.000	1034.385	1034.385	765.615
	1.18. Construção e desenvolvimento de links de dados (projeto estruturante IDSM).	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.863	34.863	-
2. DISSEMINAÇÃO TECNOLÓGICA	2.1. Desenvolver cursos de disseminação das tecnologias sociais desenvolvidas e/ou testadas pelo IDSM em recursos naturais.	-	-	9.000	9.000	10.000	10.000	16.000	16.000	35.000	35.000	-	-	-
	2.2. Desenvolver cursos de disseminação das tecnologias sociais desenvolvidas e/ou testadas pelo IDSM em qualidade de vida	-	-	77.400	77.400	125.000	125.000	62.108	62.108	415.492	415.492	-	-	-
	2.3. Desenvolver intercâmbios entre experiências e potenciais beneficiários de processos e/ou tecnologias de uso sustentável de recursos naturais	-	-	-	-	-	-	12.200	12.200	-	-	-	-	-
	2.4. Desenvolver intercâmbios entre experiências e potenciais beneficiários destes processos e/ou tecnologias de qualidade de vida.	-	-	-	-	-	-	37.800	37.800	-	-	-	-	-
	2.5. Elaborar produtos de disseminação destes processos e tecnologias em uso de recursos naturais.	-	-	-	-	17.000	17.000	-	-	-	-	-	-	-
	2.6. Elaborar produtos de disseminação destes processos e tecnologias em qualidade de vida.	-	-	-	-	33.000	33.000	-	-	-	-	-	-	-
	2.7. Apoio à realização do Seminário de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social.	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	-	-
	2.8. Apoio à participação de convidados no Seminário de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social.	-	-	-	-	-	-	20.000	20.000	-	-	-	-	-
3. MANEJO SUSTENTÁVEL	3.1. Realizar cursos de capacitação específicos sobre uso sustentado dos recursos cênicos para manejadores na RDSM e RDSA	-	-	-	-	-	-	24.200	24.200	35.800	35.800	-	-	-
	3.2. Realizar cursos de capacitação específicos sobre uso sustentado dos recursos florestais, pesqueiros, cinegéticos e agrícolas para os manejadores da RDSM e RDSA	-	-	55.500	55.500	26.800	26.800	76.800	76.800	130.900	130.900	300.000	300.000	-
	3.3. Novas atividades de aconselhamento técnico e monitoramento das atividades de manejo de recursos cênicos na RDSA.	-	-	-	-	-	-	-	-	45.000	45.000	-	-	-

MACROPRO- CESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
3. MANEJO SUSTENTÁ- VEL (Continuação)	3.4. Desenvolver e publicar protocolos de manejo que sejam adequados a diferentes condições socioambientais da Amazônia visando multiplicação.	-	-	-	-	55.000	55.000	-	-	-	-	-	-	-
	3.5. Novas atividades de aconselhamento técnico e monitoramento das atividades de manejo sustentável de recursos pesqueiros e cinegéticos nas RDSM e RDSA.	-	-	-	-	-	-	-	-	45.000	45.000	-	-	-
4. QUALIDADE DE VIDA	4.1. Adaptar e testar tecnologias apropriadas que sejam adequadas a diferentes situações das comunidades ribeirinhas amazônicas em captação e tratamento de água.	-	-	-	-	-	-	-	-	55.000	55.000	-	-	-
	4.2. Adaptar e testar tecnologias apropriadas que sejam adequadas a diferentes situações das comunidades ribeirinhas amazônicas em disposição de dejetos.	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000	-	-	45.000	45.000	-	-	-
	4.2. Monitorar a qualidade de vida das comunidades das RDSM e RDSA no que tange às tecnologias apropriadas adaptadas e testadas em captação e tratamento de água.	-	-	-	-	-	-	-	-	45.000	45.000	-	-	-
	4.2. Monitorar a qualidade de vida das comunidades das RDSM e RDSA no que tange às tecnologias apropriadas adaptadas e testadas em disposição de dejetos.	-	-	-	-	-	-	-	-	35.000	35.000	-	-	-
5. TECNOLOGIAS DE GESTÃO	5.1. Capacitação de lideranças comunitárias e gestão participativa na RDSM.	-	-	35.700	35.700	35.300	35.300	25.800	25.800	53.200	53.200	-	-	-
	5.2. Capacitação de lideranças comunitárias e gestão participativa na RDSA.	-	-	89.800	89.800	189.800	189.800	25.800	25.800	34.600	34.600	200.000	200.000	-
	5.3. Articulação política de lideranças comunitárias na RDSM e na RDSA	-	-	-	-	-	-	-	-	30.000	30.000	-	-	-
	5.4. Apoio ao sistema comunitário de proteção (vigilância e controle) na RDSM	-	-	27.800	27.800	16.400	16.400	-	-	55.800	55.800	-	-	-
	5.5. Apoio ao sistema comunitário de proteção (vigilância e controle) na RDSA.	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000	20.000	-	-	-
6. DESENVOL- VIMENTO INSTITUCIONAL	6.1. Despesas de gestão dos escritórios da Administração	-	-	10.000	10.000	25.000	25.000	10.000	10.000	10.957	10.957	-	-	-
	6.2. Informática e serviços de TI na sede Tefé	-	-	-	-	50.000	50.000	-	-	-	-	-	-	-
	6.3. Informática e serviços de TI em Fonte Boa e reservas	-	-	-	-	45.000	45.000	-	-	-	-	-	-	-

MACROPROCESSOS	AÇÕES	PESSOAL		PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		DIÁRIAS, PASSAGENS E AJ. DE CUSTO		MATERIAIS E SERVIÇOS (CUSTEIO)		CAPITAL (INVESTIMENTO)		SALDO DA AÇÃO
		Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	Planejado	Executado	
6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (Continuação)	6.4. Manutenção e gestão bases de campo (flutuantes).	-	-	32.164	32.164	150.000	150.000	2.000	2.000	100.000	100.000	35.000	35.000	-
	6.5. Manutenção de embarcações (barcos e lanchas)	-	-	-	-	55.000	55.000	-	-	40.000	40.000	-	-	-
	6.6. Terceirização da manutenção da sede (serviços gerais)	-	-	-	-	50.000	50.000	-	-	-	-	-	-	-
	6.7. Terceirização da manutenção sede (segurança)	-	-	-	-	40.000	40.000	-	-	-	-	-	-	-
	6.8. Manutenção de motores terrestres (carros e geradores)	-	-	-	-	45.000	45.000	-	-	35.000	35.000	-	-	-
	6.9. Expedições de campo na RDSM e RDSA (expresso e expressinho)	-	-	-	-	40.000	40.000	-	-	55.000	55.000	-	-	-
	6.10. Manutenção e conservação de infraestrutura (obras físicas) em geral.	-	-	25.000	25.000	60.000	60.000	-	-	40.000	40.000	25.000	25.000	-
	6.11. Programa de Capacitação e Gestão de Pessoal.	-	-	-	-	45.000	45.000	30.000	30.000	-	-	-	-	-
7. AÇÕES DA D.G.	7.1. Desenvolvimento da política de comunicação do IDSM pela assessoria de comunicação	-	-	-	-	12.000	12.000	16.900	16.900	3.600,00	3.600,00	-	-	-
	7.2. Custeio da assessoria de comunicação	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	7.500	7.500	-	-	-
	7.3. Custeio da assessoria jurídica	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	-	-	-	-
	7.4. Custeio da assessoria especial e pós-graduação	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	-	-	-	-
	7.5. Reuniões dos órgãos colegiados internos (CA, CTC, CEP, CEUA, CONDTC, CONDMD)	-	-	-	-	22.000	22.000	28.000	28.000	-	-	-	-	-
	7.6. Representação institucional da diretoria, visitas oficiais, etc.	-	-	-	-	33.700	33.700	85.046	85.046	19.600	19.600	-	-	-
	7.7. Custeio do escritório de representação em Belém	-	-	6.000	6.000	12.500	12.500	-	-	10.700	10.700	5.800	5.800	-
	7.8. Custeio do escritório de representação em Manaus.	-	-	3.000	3.000	13.661	13.661	-	-	3.339	3.339	-	-	-
	7.9. Gastos de implementação do escritório de representação em Fonte Boa	-	-	-	-	10.000	10.000	3.000	3.000	2.000	2.000	7.000	7.000	-
8. PESSOAL	8.1. Pagamento de salários e encargos mensais de 2013	13.000.000	13.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

6.2. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DO IDSM

A seguir são apresentados os dados conforme a Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, onde são demonstradas as peculiaridades da força de trabalho do IDSM durante o ano de 2013.

Quadro 19. Força de Trabalho do IDSM em 2013

Descrição	Número
GESTÃO	07
Diretor Geral	01
Diretores Adjuntos	03
Assessores da Diretoria Geral	03
ATIVIDADES MEIO	147
Auxiliares técnicos	95
Marítimos	11
Técnicos administrativos	29
Técnicos de informática	12
ATIVIDADES FIM	217
Alunos de iniciação científica	49
Bolsistas*	76
Estagiários	19
Extensionistas	43
Pesquisadores	20
Alunos de pós-graduação	10
TOTAL	371**

*20 são bolsistas DTI/PCI (MCTI), e os demais são apoiados pela FAPEAM, CNPq, Petrobras, BNDES e IDSM.

**03 dos membros da diretoria são também pesquisadores.

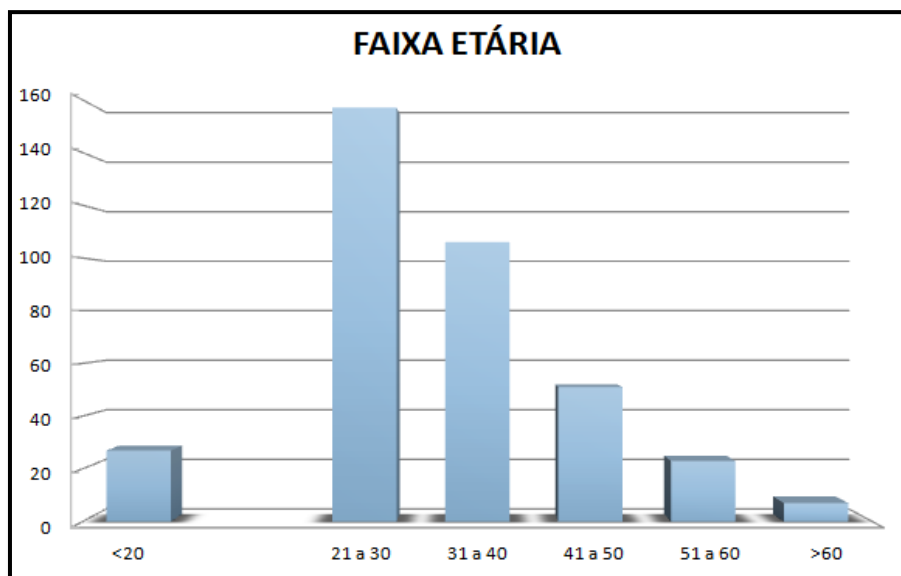


Figura 2. Força de trabalho do IDSM por faixa etária.

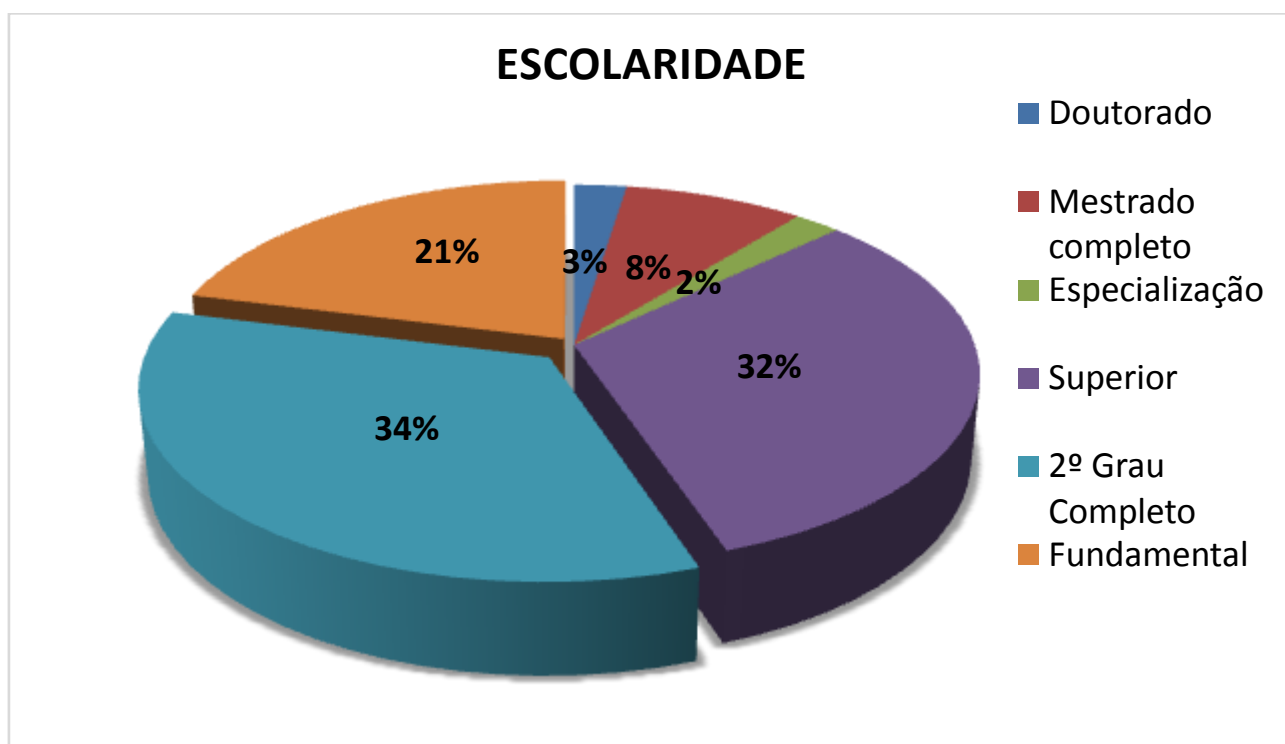


Figura 3. Força de trabalho do IDSM por escolaridade.

6.2.1. Custos associados à manutenção dos recursos humanos do IDSM

Atendendo ao disposto na portaria 967 de 21/12/2011 e na portaria 777 de 31/10/2012, o quadro 20, traz o detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados. É demonstrado o atendimento ao limite máximo de 60% com custeio de pessoal e benefícios relativos aos valores recebidos no ano de 2013.

Quadro 20. Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2013 – Regime de Caixa

MÊS DA FOLHA	SALÁRIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES	GRATIFI-CAÇÃO	FÉRIAS	RESCISÃO	VALORES PAGOS	ENCARGOS TRABALHISTAS					SEGURO VIDA	PLANO SAUDE	VALE TRANSP.	TOTAL¹
						INSS	FGTS	PIS	CONTRIBUI-ÇÃO SINDICAL	IR - RETIDO NA FONTE				
JANEIRO	418.437,99	78.476,49	20.888,00	9.314,00	527.116,48	-	4.451,88	-	-	44,80	-	3.536,37	387,20	535.536,73
FEVEREIRO	479.834,91	90.878,67	57.372,02	4.875,05	632.960,65	454.929,97	121.594,95	15.383,24	-	187.582,50	6.500,70	5.316,37	158,40	1.424.426,78
MARÇO	454.039,85	80.141,40	19.063,00	-	553.244,25	229.328,55	60.441,35	7.557,72	20.123,00	86.862,72	6.185,24	6.186,11	387,20	970.316,14
ABRIL	483.613,36	91.124,00	42.221,00	26.378,84	643.337,20	234.251,65	71.741,91	7.660,73	-	99.172,89	6.338,79	-	369,60	1.062.872,77
MAIO	465.254,18	105.630,10	21.726,00	23.774,05	616.384,33	235.983,86	60.223,20	7.607,31	-	92.714,35	6.263,18	12.492,96	369,60	1.032.038,79
JUNHO	493.532,66	86.943,90	46.338,00	-	626.814,56	220.629,69	59.630,89	7.529,39	390,90	100.831,07	6.299,19	-	239,10	1.022.364,79
JULHO	485.892,31	77.582,47	101.156,00	8.614,91	673.245,69	228.921,15	77.928,57	7.867,00	631,80	103.018,88	6.253,90	16.885,37	369,60	1.115.121,96
AGOSTO	456.679,07	89.260,00	57.910,00	6.858,16	610.707,23	235.543,43	67.154,65	8.197,55	308,56	90.814,45	6.498,80	7.688,80	369,60	1.027.283,07
SETEMBRO	495.978,19	84.384,00	33.109,00	20.887,19	634.358,38	236.984,21	65.434,10	7.920,02	-	97.010,74	6.748,16	7.580,95	404,80	1.056.441,36
OUTUBRO	496.636,18	86.943,90	71.908,02	13.868,59	669.356,69	248.977,62	5.678,88	8.096,56	223,39	-	6.531,43	7.173,85	352,00	946.390,42
NOVEMBRO²	863.856,15	87.614,60	36.576,00	-	615.416,75	245.644,90	154.635,62	7.831,21	90,40	194.881,53	6.618,46	-	264,00	1.591.682,87
DESEMBRO²	644.690,67	186.016,86	132.594,00	11.721,33	975.022,86	476.678,38	98.075,71	15.298,23	72,27	213.382,55	6.523,02	14.457,92	387,20	1.799.898,14
TOTAL GERAL	6.238.445,52	1.144.996,39	634.861,04	126.292,12	8.144.595,07	3.047.873,41	846.991,71	100.948,96	21.840,32	1.266.316,48	70.760,87	81.318,70	4.058,30	13.584.703,82

Memória de Cálculo

Repasse do Contrato de Gestão 2013	26.051.215,90
Limite anual de gasto com pessoal em 2013 (60%)	15.630.729,54
Média do limite mensal de gasto com pessoal em 2013	1.302.560,80
Gasto efetivo com pessoal em 2013	13.584.703,82
Percentual com o gasto de pessoal em 2013	52,15%

Fonte: Deptº de RH do IDSM – Atualizado em Jan/2014.

• NOTA EXPLICATIVA:

¹ O valor total do mês de Fevereiro/2013 ficou acima do valor previsto, devido ao pagamento dos encargos de Janeiro/2013. Esta distorção de valores ocorre por conta do demonstrativo levar em consideração a data de pagamento (Regime de Caixa) e não a data de competência (Regime de Competência) nos meses onde foram pagos encargos cumulativos (mês anterior + mês atual), gerando distorção no resultado total gasto com salários e encargos.

² Os valores de salários nos meses de novembro e dezembro apresentados dizem respeito ao salário do mês mais a parcela do 13º Salário do ano, conforme previsto em lei.

Quadro 21 – Valores de Reserva Técnica pactuados com Recursos do Contrato de Gestão

	2013	2012	2011	2010
Reserva Técnica	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51	3.666.848,16

Quadro 22 – Descrição da Utilização dos recursos da reserva técnica

Destino dos recursos	2013	2012	2011	2010
I - Custeio das atividades básicas da OS	-	-	1.347.108,51	3.666.848,16
II - Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos	3.098.100,00	887.755,78	-	-
III - Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão	-	-	800.000,00	-
Total da reserva utilizada	3.098.100,00	887.755,78	2.147.108,51	3.666.848,16

6.3. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**6.3.1. Critérios e procedimentos adotados**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária de nº.11.638/07, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1.409/12, que aprovou a ITG 2002 1ue dispõe sobre entidades sem fins lucrativos.

Os critérios e procedimentos contábeis foram mencionados nas notas explicativas reproduzidas a seguir e ratificados pela empresa de Auditoria Independente em seu parecer sobre as contas de 2013. É possível consultar estas informações no site do IDSM www.mamiraua.org.br.

6.3.2. Demonstrações Contábeis previstas na legislação que rege a atividade contábil da entidade, incluindo as notas explicativas.



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS							
Balanços Patrimoniais							
Em 31 de dezembro							
(Em Reais)							
Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	591.476	333.146	Fornecedores		63.341	137.659
Recursos vinculados a convênios	5	11.429.144	13.023.509	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.337.902	1.250.285
Créditos a receber	6	726.211	640.571	Obrigações tributárias		7.718	3.238
Estoques	7	<u>308.248</u>	<u>214.796</u>	Outras contas a pagar		175.278	186.432
				Obrigações com recursos de projetos	11	<u>10.858.006</u>	<u>11.786.905</u>
Total do circulante		<u>13.055.079</u>	<u>14.212.022</u>	Total do circulante		<u>12.442.245</u>	<u>13.364.519</u>
Não circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		19.219	2.373	Outras contas a pagar		145.781	144.895
Imobilizado	8	14.878.880	10.464.248	Investimentos com recursos de projetos	11	<u>14.172.517</u>	<u>9.531.932</u>
Intangível	9	<u>154.615</u>	<u>95.461</u>				
Total do não circulante		<u>15.052.714</u>	<u>10.562.082</u>	Total do não circulante		<u>14.318.298</u>	<u>9.676.827</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Patrimônio social		1.732.757	1.522.000
				(Déficit) Superávit acumulado		<u>(385.507)</u>	<u>210.757</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.347.250</u>	<u>1.732.757</u>
Total do ativo		<u>28.107.793</u>	<u>24.774.103</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>28.107.793</u>	<u>24.774.103</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	14	25.455.752	20.774.180
Custo das atividades	15	<u>(15.389.520)</u>	<u>(12.024.667)</u>
Superávit bruto		10.066.232	8.749.513
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(5.116.067)	(4.559.092)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.171.743)	(3.704.322)
Despesas tributárias		(165.132)	(253.037)
Outras receitas/despesas operacionais l		<u>1.991</u>	<u>(2.121)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>(384.719)</u>	<u>230.941</u>
Receitas financeiras		59.347	21.845
Despesas financeiras		<u>(60.135)</u>	<u>(42.029)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>(788)</u>	<u>(20.184)</u>
(Déficit) Superávit do exercício		<u><u>(385.507)</u></u>	<u><u>210.757</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Coord.da Contabilidade CRC/AM 010141/O-0



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em Reais)

	2013	2012
(Déficit) Superávit do exercício	(385.507)	210.757
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(385.507)</u>	<u>210.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Coord.da Contabilidade CRC/AM 010141/O-0



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Em Reais)

	Patrimônio Social	(Déficit) Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	889.639	632.361	1.522.000
Absorção do déficit acumulado	632.361	(632.361)	-
Superávit do exercício	-	210.757	210.757
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.522.000	210.757	1.732.757
Incorporação do superávit acumulado	210.757	(210.757)	-
Déficit do exercício	-	(385.507)	(385.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.732.757</u>	<u>(385.507)</u>	<u>1.347.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Coord.da Contabilidade CRC/AM 010141/O-0



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(385.507)	210.757
Depreciação e amortização	1.337.080	711.800
Baixas do imobilizado e intangível	26.024	16.206
Juros sobre empréstimos tomados	886	3.181
	<u>978.483</u>	<u>941.944</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	1.594.365	(2.923.623)
Créditos a receber	(85.640)	105.393
Estoques	(93.452)	8.073
Depósitos judiciais	(16.846)	(89)
	<u>1.398.427</u>	<u>(2.810.246)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(74.319)	(95.310)
Obrigações sociais e trabalhistas	87.617	265.986
Obrigações tributárias	4.480	(2.955)
Outras contas a pagar	(11.154)	61.959
Obrigações com recursos de convênios	3.711.686	5.163.929
	<u>3.718.310</u>	<u>5.393.609</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.095.220	3.525.307
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(5.735.675)	(3.289.413)
Aquisição de intangível	(101.215)	(38.165)
	<u>(5.836.890)</u>	<u>(3.327.578)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.836.890)	(3.327.578)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	258.330	197.729
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	333.146	135.417
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	591.476	333.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA QUEIROZ
Diretor Geral

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Coord. da Contabilidade/ CRC/AM 010141/O-0

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL
Diretor Técnico Científico

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

(Em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 26 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do decreto presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas. O Instituto tem os seguintes objetivos sociais:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de florestas inundadas;
- Promover o desenvolvimento sustentável da região em articulação com a população local;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Desenvolver ou financiar estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais das florestas inundadas;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, cujo objetivo coincida ser a conservação, a preservação e a melhoria do meio ambiente da região amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nas florestas inundadas da Amazônia.
- Realizar e executar projetos próprios ou de terceiros, realizando eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à conservação e preservação do meio ambiente amazônico;
- Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias e adquirir, no país e no exterior, materiais, componentes, equipamentos e serviços para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em associação com centros de pesquisa e/ou entidades nacionais e estrangeiras.



As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do novo contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia de Inovação – MCTI, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Vide informações sobre a gestão financeira do referido contrato na Nota Explicativa nº 20.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado convênios junto à financiadora de Estudos e Projetos (FINEP - Agência Brasileira de Inovação), para execução de projetos de apoio à infraestrutura de pesquisa, conforme instrumentos firmados em 28/12/2006, 10/10/2007, 15/10/2008 e 25/10/2010. Em 2013 foi firmado também contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração do Instituto aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 10 de fevereiro de 2014, através de sua Diretoria Financeira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.



ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Estoque

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.



f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 8.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

g. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.



O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do contrato de gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.



m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

o. Isenções fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a.** Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;



- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	2.025	1.216
Bancos	34.029	17.326
Aplicações financeiras	555.422	314.604
	<u>591.476</u>	<u>333.146</u>

O aumento nas aplicações financeiras refere-se, basicamente, à entrada de R\$ 200 mil referentes ao prêmio FINEP 2013 de Tecnologia Social, recebido pelo Instituto em 27/03/2013.

5 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Caixa	7.869	3.659
Bancos	4.890.896	12.745
Aplicações financeiras	6.530.379	13.007.105
	<u>11.429.144</u>	<u>13.023.509</u>



Composição por projeto:

	2013	2012
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI	10.319.377	9.655.673
Convênio BNDS	1.104.949	-
Convênio CLP	4.818	12.724
Convênio Petrobrás	-	395.374
Convênio FINEP	-	2.959.738
	11.429.144	13.023.509

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,65% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

6 Créditos a receber

	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores	427.818	403.911
Adiantamentos a funcionários	128.125	111.543
Recursos de clientes	32.976	29.220
Créditos tributários	26.617	33.065
Adiantamentos de viagens	110.675	62.832
	726.211	640.571

7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos (periódicos, artesanatos, etc.) e materiais de expedientes diversos (almoxarifado).



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



8 Imobilizado

	2013	2012
Bens próprios	860.978	1.027.777
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	14.017.902	9.436.471
	<u>14.878.880</u>	<u>10.464.248</u>

Resumo da movimentação anual:

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2013
Custo						
Terrenos	-	10.000	-	-	-	10.000
Edificações	5.925.666	26.342	-	4.196.296	-	10.148.304
Instalações	292.862	140.400	-	-	-	433.262
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.308.243	1.115.190	(10.021)	-	-	3.413.412
Equipamentos de informática	1.070.807	309.237	(16.100)	-	-	1.363.944
Veículos	669.251	43.146	(62.250)	-	-	650.147
Moveis e utensílios	540.869	772.688	(5.301)	-	-	1.308.256
Biblioteca	23.015	20.888	-	-	(61)	43.842
Benfeitorias	1.070.664	212.284	(10.270)	-	-	1.272.678
Imobilizado em andamento	1.520.633	3.085.500	-	(4.196.296)	(1.018)	408.819
	<u>13.422.010</u>	<u>5.735.675</u>	<u>(103.942)</u>	<u>-</u>	<u>(1.079)</u>	<u>19.052.664</u>
Depreciação Acumulada						
Edificações	(1.123.027)	(106.158)	-	-	-	(1.229.185)
Instalações	(196.394)	(14.534)	-	-	-	(210.928)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(645.577)	(539.947)	2.872	-	-	(1.182.652)
Equipamentos de informática	(545.622)	(255.701)	9.895	-	-	(791.428)
Veículos	(156.662)	(66.468)	61.603	-	-	(161.527)
Moveis e utensílios	(192.792)	(81.401)	2.798	-	-	(271.395)
Benfeitorias	(97.688)	(231.006)	2.025	-	-	(326.669)
	<u>(2.957.762)</u>	<u>(1.295.215)</u>	<u>79.193</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.173.784)</u>
Imobilizado Líquido	<u>10.464.248</u>	<u>4.440.460</u>	<u>(24.749)</u>	<u>-</u>	<u>(1.079)</u>	<u>14.878.880</u>

Em 2013, foi concluída a construção do prédio de acervo biológico, o qual foi financiado pela FINEP. Também foi construída uma escola de gestores. Essas aquisições foram as responsáveis pelo aumento na conta de edificações.



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2012
Custo						
Edificações	5.774.358	151.323	(15)	-	-	5.925.666
Instalações	289.772	3.090	-	-	-	292.862
Maquinas, aparelhos e equipamentos	1.456.966	866.168	(14.891)	-	-	2.308.243
Equipamentos de informática	881.970	224.292	(35.455)	-	-	1.070.807
Veículos	355.371	313.880	-	-	-	669.251
Moveis e utensílios	492.942	52.711	(4.784)	-	-	540.869
Biblioteca	7.057	15.958	-	-	-	23.015
Benfeitorias	781.220	289.444	-	-	-	1.070.664
Imobilizado em andamento	148.086	1.372.547	-	-	-	1.520.633
	10.187.742	3.289.413	(55.145)	-	-	13.422.010
Depreciação Acumulada						
Edificações	(920.771)	(202.256)	-	-	-	(1.123.027)
Instalações	(173.206)	(23.188)	-	-	-	(196.394)
Maquinas, aparelhos e equipamentos	(475.555)	(177.452)	7.430	-	-	(645.577)
Equipamentos de informática	(419.915)	(154.024)	28.317	-	-	(545.622)
Veículos	(127.382)	(29.280)	-	-	-	(156.662)
Moveis e utensílios	(150.647)	(45.337)	3.192	-	-	(192.792)
Benfeitorias	(42.497)	(55.191)	-	-	-	(97.688)
	(2.309.973)	(686.728)	38.939	-	-	(2.957.762)
Imobilizado Líquido	7.877.769	2.602.685	(16.206)	-	-	10.464.248

Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

A administração do Instituto obteve avaliações de consultores externos especializados das estimativas de vidas úteis econômicas remanescentes, para a data base de 31 de dezembro de 2011, com o propósito do cálculo das quotas de depreciação dos bens do Imobilizado a partir do mês de janeiro de 2012. Entretanto, o resultado destas avaliações só foi aplicado pelo Instituto, de forma prospectiva, a partir do mês de janeiro de 2013, quando da conclusão da implantação das estimativas de vida úteis remanescentes no software do controle patrimonial. Para o exercício de 2012, as quotas de depreciação do foram calculadas utilizando as taxas estabelecidas na legislação fiscal do Imposto de Renda.



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



9 Intangível

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2013
Custo						
Software	42.249	62.850	-	-	-	105.099
Licença - Office Profissional	27.568	38.365	(982)	-	-	64.951
Licença - Windows 98	50.018	-	-	-	-	50.018
DCU Sistemas	28.736	-	-	-	-	28.736
Ebeam	1.794	-	-	-	-	1.794
	150.365	101.215	(982)	-	-	250.598
Amortização						
Software	(9.311)	(14.933)	-	-	-	(24.244)
Licença - Office Profissional	(17.246)	(14.577)	786	-	-	(31.037)
Licença Windows 98	(5.887)	(6.446)	-	-	-	(12.333)
DCU Sistemas	(20.843)	(5.748)	-	-	-	(26.591)
Ebeam	(1.617)	(161)	-	-	-	(1.778)
	(54.904)	(41.865)	786	-	-	(95.983)
Intangível Líquido	95.461	59.350	(196)	-	-	154.615

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2012
Custo						
Software	19.555	22.694	-	-	-	42.249
Licença - Office Profissional	39.322	1.650	(13.404)	-	-	27.568
Licença - Windows 98	46.085	19.000	(15.067)	-	-	50.018
DCU Sistemas	35.369	-	(4.739)	-	(1.894)	28.736
Cristal Reports	641	-	(641)	-	-	-
SW Eplex 5000	777	-	(777)	-	-	-
Ebeam	1.794	-	-	-	-	1.794
	143.543	43.344	(34.628)	-	(1.894)	150.365
Amortização						
Software	(2.933)	(6.378)	-	-	-	(9.311)
Licença - Office Profissional	(17.838)	(5.994)	6.586	-	-	(17.246)
Licença - Windows 98	(18.236)	(6.939)	19.288	-	-	(5.887)
DCU Sistemas	(19.836)	(5.747)	4.740	-	-	(20.843)
Cristal Reports	(512)	-	512	-	-	-
SW Eplex 5000	(563)	(3)	566	-	-	-
Ebeam	(1.255)	(362)	-	-	-	(1.617)
	(61.173)	(25.423)	31.692	-	-	(54.904)
Intangível Líquido	82.370	17.921	(2.936)	-	(1.894)	95.461



10 Obrigações sociais e trabalhistas

	2013	2012
Provisão de férias	992.011	910.030
INSS sobre férias	249.878	234.152
FGTS sobre férias	78.393	73.400
INSS sobre serviços autônomos	10.719	30.590
Outras provisões	6.901	2.113
	<u>1.337.902</u>	<u>1.250.285</u>

11 Obrigações com recursos de projetos

	2013	2012
Subvenção MCTI	9.616.748	8.822.499
Convênio FINEP	4.668	2.964.406
Convênio BNDES	1.236.590	-
	<u>10.858.006</u>	<u>11.786.905</u>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 10.858.006 de recursos recebidos a título de contrato de gestão e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Conforme estabelece a cláusula sexta do contrato de gestão os saldos dos recursos recebidos através do contrato de gestão serão para compor reserva técnica, cujo valor foi aprovado pelo Conselho de Administração em sua XXXV ata e está destinado aos seguintes propósitos:

I – Custeio das atividades básicas do Instituto, no valor de R\$ 6.410.000;

II – Reserva técnica para pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas em casos não previstos, no valor de R\$ 3.098.100;

III – Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do contrato de gestão, no valor de R\$ 800.000.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 14.172.517, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.



12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

13 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a Administração do Instituto não julgou necessária a constituição de provisão para perdas com processos judiciais.

14 Receita operacional líquida

	2013	2012
Subvenção do MCTI	23.622.446	18.739.153
Convênios	868.356	1.101.471
Ecoturismo	1.014.988	754.861
Doações recebidas	230.863	140.000
Vendas de produtos	122.228	101.285
Outras receitas	5.100	4.833
	<u>25.863.981</u>	<u>20.841.603</u>
Deduções de vendas	<u>(408.229)</u>	<u>(67.423)</u>
	<u>25.455.752</u>	<u>20.774.180</u>

15 Custos das atividades

	2013	2012
Salários	(5.446.911)	(4.220.020)
Encargos sociais	(1.916.746)	(1.763.486)
Provisões	(1.464.038)	(1.056.469)
Materiais e bens	(2.450.166)	(1.788.427)
Diárias e passagens	(935.132)	(792.205)
Informação científica	(12.892)	(41.429)
Serviços de auditoria/consultoria	(128.017)	(10.000)
Serviço de terceiros	(2.396.554)	(1.827.724)
Locação de mão de obra	-	(3.717)
Locações diversas	(193.799)	(103.078)
Utilidades e serviço	(195.515)	(159.498)
Encargos sobre serviços de terceiros	(105.800)	(102.036)
Custo de produtos vendidos (loja)	(33.987)	(66.009)
Custo apoio de gestão	-	(14.748)
Custo com serviços - Ecoturismo	<u>(109.963)</u>	<u>(75.821)</u>
	<u>(15.389.520)</u>	<u>(12.024.667)</u>



16 Despesas com pessoal

	2013	2012
Salários e honorários	(3.156.126)	(2.755.095)
Encargos sociais	(1.088.024)	(1.140.838)
Despesa com 13º salário e férias	(648.778)	(599.397)
Encargos sociais sobre provisões	(223.139)	(63.762)
	<u>(5.116.067)</u>	<u>(4.559.092)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Materiais e suprimentos	(1.227.407)	(1.015.859)
Diárias e passagens	(256.391)	(149.171)
Serviços de terceiros	(1.120.597)	(832.305)
Locações	(868.474)	(680.401)
Utilidades e serviços	(327.564)	(293.240)
Depreciação e amortização	(1.337.080)	(711.800)
Multas	(8.282)	(3.259)
Outras despesas	(25.948)	(18.287)
	<u>(5.171.743)</u>	<u>(3.704.322)</u>

18 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	56.223	21.088
Outras receitas financeiras	<u>752</u>	<u>757</u>
	<u>56.975</u>	<u>21.845</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(54.546)	(39.428)
Outras despesas financeiras	<u>(3.217)</u>	<u>(2.601)</u>
	<u>(57.763)</u>	<u>(42.029)</u>
	<u>(788)</u>	<u>(20.184)</u>



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



19 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	591.476	333.146
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	7.869	3.659
Bancos	5	4.890.896	12.745
Aplicações financeiras	5	6.530.379	13.007.105
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	10	10.858.006	11.786.905

Em 31 de dezembro de 2013, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

20 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTI

1. DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS RELACIONADAS AO CONTRATO DE GESTÃO

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Outras Fontes	Aplicação Financeira	Transações Diversas	Despesas Líquidas	Saldo Final
2010	3.666.848	10.900.000	-	325.465	-	(10.643.258)	4.249.055
2011	4.249.055	15.440.000	-	510.997	-	(14.350.813)	5.849.239
2012	5.849.239	23.769.037	-	371.469	-	(19.781.154)	10.208.591
2013	10.208.591	26.051.217	-	170.918	-	(25.405.194)	11.025.532
						2013	2012
Recursos Auferidos							
Saldo inicial (01.01)						10.208.591	5.849.239
Recursos recebidos – repasses MCTI						26.051.217	23.769.037
Receita financeira líquida						170.918	371.469
Total dos Recursos Auferidos						36.430.726	29.989.745
Despesas							
Pessoal						(13.602.204)	(11.314.100)
Custeio						(9.132.955)	(6.859.097)
Capital						(2.670.035)	(1.607.957)
Total das despesas						(25.405.194)	(19.781.154)
Saldo (31.12)						11.025.532	10.208.591



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3. SALDOS CONTÁBEIS DAS CONTAS PATRIMONIAIS VINCULADAS AO CONTRATO DE GESTÃO

	2013	2012
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	10.319.377	9.655.673
Créditos a receber - adiantamentos	558.747	512.679
Estoques	147.407	40.239
	11.025.531	10.208.591
No Passivo Circulante		
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 11)	(9.616.748)	(8.822.499)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.323.563)	(1.231.331)
Obrigações fiscais e tributárias	(3.229)	(846)
Obrigações em circulação - fornecedores	(81.991)	(153.915)
	11.025.531	10.208.591

O valor de R\$ 1.408.783, apresentado acima, está representado por despesas provisionadas e ainda não pagas ou cujos cheques emitidos encontram-se pendentes de compensação.

21 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.925.338,00.

Tefé/AM, 31 de janeiro de 2014.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Coord.da Contabilidade CRC/AM 010141/O-0

Quadro 23. Plano de Auditoria (base da contratação da auditoria independente, aprovado pelo Conselho de Administração do IDSM)


Termo de Referência dos Serviços de Auditoria Independente	
1. Objeto	<p>1.1. Contratação de empresa de serviços especializados em auditoria externa independente, de competência reconhecida, para análise sobre as demonstrações contábeis do (a) (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), referente ao exercício social a se encerrar em 31/12/2013, conforme as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <p>1.2. Faz parte da prestação dos serviços a entrega de relatórios, em idioma português, conforme especificações constantes neste ANEXO.</p>
2. Descrição do Objeto	<p>2.1. O presente termo tem por objeto a prestação de serviços de auditoria, com o escopo, a saber:</p> <p>a) Exame anual das Demonstrações Contábeis dos exercícios a serem encerrados em 31 de dezembro de 2013, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409/12), que aprovou a ITG 2002 que dispõe sobre entidades sem fins lucrativos.</p> <p>b) Assessorar na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e das notas explicativas, bem como opinar sobre o tratamento contábil a ser atribuído a quaisquer eventos que venham refletir direta ou indiretamente sobre as demonstrações contábeis;</p> <p>c) Avaliar controles internos e oferecer sugestões para o aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis, administrativos e financeiros, sempre que necessário, objetivando propiciar maior eficiência ou redução de custos, economia de natureza tributária e melhor proteção aos ativos da empresa.</p>
3. Limitação do Escopo	<p>3.1. O escopo básico dos trabalhos para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, compreende:</p> <p>3.1.1. Acompanhamento dos procedimentos contábeis realizados durante este exercício. Conferência dos registros contábeis fiscais, incluindo os registros auxiliares. Conferência dos clientes e fornecedores, credores, e devedores de natureza diversa. Conferência dos bens patrimoniais e de seus controles e registros. Exame das receitas e despesas (revisão analítica) para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013; com análise das principais variações, bem como, o confronto com os valores orçados. Emissão do relatório do auditor independente, assessoramento na elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, assim como, sobre o tratamento contábil a ser atribuído a qualquer evento que venha a ter reflexos diretos sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo. Apresentação dos resultados das análises e exames de auditoria das demonstrações contábeis do exercício, com a emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis auditadas, com indicação de procedimentos corretivos, se pertinente.</p> <p>3.2. Os trabalhos de auditoria independente serão conduzidos de conformidade com a</p>

	<p>Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade nº 820/97, de 17.12.1997 (Normas de Auditoria Independentes das Demonstrações Contábeis), Resolução CFC nº 821/97 de 17.12.1997 (Normas Profissionais de Auditor Independente), normas instituídas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e legislação específica do Contratante, caso haja.</p> <p>3.3. Os procedimentos de auditoria a serem aplicados pela CONTRATADA são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre os demonstrativos contábeis, e abrangem testes de observância e testes substantivos.</p> <p>3.4. A auditoria contábil será realizada, inclusive, nos registros gerados pelo processamento eletrônico de dados (se necessário) e em outros que mantidos pela ENTIDADE devam sofrer exames para os fins propostos.</p>
4. Equipe da Contratada	<p>4.1. Para a execução dos serviços, objeto desta contratação, a CONTRATADA deverá dispor de uma equipe com, no mínimo, dois profissionais de comprovada capacidade técnica, nas dependências do CONTRATANTE e da CONTRATADA (quando necessário), com base em documentos e informações fornecidas pela CONTRATADA, tais como:</p> <p>a) nome da empresa, CNPJ, endereço completo e telefone(s) e endereço eletrônico de contato do atestante;</p> <p>b) período e local de execução do serviço;</p> <p>4.2. A comprovação da formação acadêmica do profissional deverá ser realizada através da apresentação da via original do currículo, e de cópia autenticada do diploma.</p> <p>4.3. Para cada profissional a ser alocado na Equipe, a CONTRATADA deverá apresentar documento que comprove o vínculo jurídico entre aquele e esta, a saber:</p> <p>I, para profissionais regidos pela CLT: cópia da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);</p> <p>II. para profissionais com vínculo não trabalhista com a CONTRATADA: CONTRATO de prestação de serviços entre o profissional e a CONTRATADA;</p> <p>III. para sócios ou diretores da CONTRATADA: cópia do CONTRATO social ou outro ato societário pertinente.</p> <p>4.4. A substituição de qualquer profissional da Equipe alocada nos serviços contratados, por iniciativa da CONTRATADA, deverá ser solicitada previamente e por escrito ao IDSM, e estará sujeita à aprovação deste.</p> <p>4.4.1. A CONTRATADA deverá indicar como substituto profissional com perfil que atenda os requisitos mínimos exigidos neste item 5, sem impacto nos prazos ou nos custos pactuados, providenciando a comprovação prévia do perfil junto ao IDSM.</p> <p>4.5. O IDSM reserva-se o direito de solicitar a substituição de qualquer profissional da Equipe da CONTRATADA, sem custos adicionais e sem impacto nos prazos pactuados, caso entenda necessária ao fiel cumprimento do objeto contratado.</p>

5. Local e Condições de Execução do Objeto	<p>5.1. Os trabalhos serão executados pela CONTRATADA nas dependências do IDSM (Estrada do Bexiga, nº 2584, Bairro Fonte, Tefé/AM), em dias úteis, no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00h.</p> <p>5.2. Documentos originais, em formato físico ou eletrônico, não poderão sair do local supramencionado sem a prévia autorização do IDSM.</p> <p>VI. A concessão do prazo estabelecido para correção e/ou cumprimento das determinações não impede a aplicação das penalidades;</p> <p>VII. O Recebimento Definitivo é condição indispensável para o pagamento do preço ajustado.</p> <p>Parágrafo Terceiro</p> <p>O Recebimento Definitivo do objeto pelo IDSM não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente.</p>	
6. Cronograma de Execução do Objeto	<p>6.1. Os prazos abaixo deverão ser observados pela CONTRATADA para Realização e o Recebimento Provisório dos seguintes relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação do auditor sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - exames e procedimentos efetuados pelo auditor; - aspectos que possam acarretar ressalvas no Parecer dos Auditores; - recomendações para aprimoramento dos Controles Internos (CIs). <p>6.2. Mediante a entrega dos relatórios, nos prazos acima estipulados, o IDSM emitirá à CONTRATADA Termo de Recebimento Provisório.</p> <p>CRONOGRAMA FÍSICO DOS TRABALHOS</p> <p>Os trabalhos serão executados em 03 etapas conforme descrito abaixo.</p>	
ETAPA	ÁREAS/TRABALHO	DATA
Etapa I – Visita Técnica	<p>Planejamento dos trabalhos</p> <p>Avaliação e diagnóstico contábil dos controles internos do “contas a Receber” e Recursos Humanos.</p> <p>Auditoria das contas de receitas e despesas (revisão analítica) bem como validação parcial dos saldos de algumas contas patrimoniais do período de 31/10/2013</p> <p>Avaliação e diagnóstico contábil dos controles internos do ativo imobilizado.</p> <p>Auditoria das contas de receitas e despesas (revisão analítica), bem como validação parcial dos saldos de algumas contas patrimoniais do período de 01/01/2013 a 31/10/2013</p> <p>Circularização (bancos, advogados, seguros, clientes, fornecedores, outros). Revisão analítica (receitas e despesas validação parcial de saldos de contas patrimoniais).</p> <p>Assessoramento para o encerramento das demonstrações contábeis.</p>	<p>25/11/2013 a 30/11/2013</p>

Etapa II	Emissão de relatórios preliminares conforme item 9.1.	15/12/2013
Etapa III Análise e Finalização dos Trabalhos	Validação dos saldos das demonstrações contábeis encerradas em 31/012/2013. Assessoramento das notas explicativas das demonstrações contábeis. Emissão do parecer dos auditores independentes. Emissão da Carta de Controle Interno.	Até 30/01/2014
	<p>6.3. Depois da análise do IDSM quanto aos Relatórios recebidos provisoriamente, a CONTRATADA, fornecerá a DIREÇÃO DO IDSM a versão final dos Relatórios, ajustada, em meio eletrônico.</p> <p>6.4. Os Relatórios somente serão considerados recebidos definitivamente mediante o aceite da DIRETORIA ADMINISTRATIVA, o que será formalizado após a verificação da adequação da versão física em português, com a entrega à CONTRATADA do Termo de Recebimento Definitivo do Relatório.</p> <p>6.4.1. A data limite para entrega do relatório final se dará até o dia 30/01/2014, conforme apresentação dos relatórios descritos no Quadro de Cronograma Físico dos Trabalhos.</p> <p>6.4.2. A CONTRATADA poderá ainda sugerir relatórios que considerem pertinentes para execução dos trabalhos.</p> <p>6.5. Os Relatórios a serem entregues pela CONTRATADA, tanto no Recebimento Provisório quanto no Definitivo deverão estar, obrigatoriamente, em sua versão final, não devendo ser entregues, para estes fins, em versão preliminar, minuta, rascunho ou similares.</p>	

Quadro 24. Parecer da Auditoria Independente realizada no IDSM em fins de 2013

	
Sá Leitão	
<small>AUDITORIA • CONSULTORIA • GOVERNANÇA CORPORATIVA</small>	
<p>Rua Gal. Joaquim Inácio, 790 Empresarial Sá Leitão, 9º Andar CEP 50.070-270, Ilha do Leite - Recife - PE Fone/fax: 81 3366.9922 saleitao@saleitao.com.br www.saleitao.com.br</p>	
<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</p>	
<p>Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS Tefé - AM</p>	
<p>Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p>	
<p>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis</p>	
<p>A administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p>	
<p>Responsabilidade dos auditores independentes</p>	
<p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p>	
<p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>	
<p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p>	
<p>1</p>	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Base para a opinião com ressalva

De acordo com o Pronunciamento CPC 27 e o ICPC 10, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, a vida útil e o valor residual para os bens do ativo imobilizado devem ser revisados pelo menos uma vez por ano e, em caso das novas expectativas serem diferentes em relação às estimativas anteriores, essas mudanças devem ser registradas como mudança de estimativa contábil (aplicação prospectiva). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a última avaliação de vida útil econômica foi efetuada por especialistas externos para a data base de 31 de dezembro de 2011, cujo resultado foi aplicado para fins de cálculo das quotas mensais de depreciação, de forma prospectiva, somente a partir do mês de janeiro de 2013. Ademais, foram verificadas inconsistências entre as vidas úteis estimadas pelos especialistas externos, evidenciadas nos seus Laudos Técnicos, e aquelas cadastradas no software do controle patrimonial e consideradas nos cálculos das cotas de depreciação registradas no exercício de 2013. Como consequência, não foi possível concluir se modificações relevantes seriam necessárias às despesas de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e ao saldo de depreciação acumulada dentro do ativo imobilizado naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 8 de fevereiro de 2013, com ressalva quanto ao fato de não ter sido aplicado o resultado do estudo das novas vidas úteis econômicas, efetuado por especialistas externos, para o propósito do cálculo da depreciação do exercício 2012.

Recife, 10 de fevereiro de 2014.


Sá Leitão Auditores S/S
CRC-PE 369/O-8


Geraldo Antônio Duarte Ribeiro
Contador CRC-PE 11.493/O-0